

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Eloiza Helena de Carvalho Bidet

**A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL  
NAS ESFERAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO  
SUL: PRÁTICAS DO SABER NATURAL NO MEIO RURAL**

Santa Maria, RS.

2024

**Eloiza Helena de Carvalho Bidet**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS  
ESFERAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO SUL: PRÁTICAS  
DO SABER NATURAL NO MEIO RURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

**Orientador:** Prof. Dr. Gilvan O. Veiga Dockhorn

Santa Maria, RS.

2024

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Bidel , Eloiza Helena de Carvalho  
A Importância da Preservação do Patrimônio Imaterial nas Esferas Educacionais e Culturais de São Pedro do Sul: práticas do saber natural no meio rural. / Eloiza Helena de Carvalho Bidel .- 2024.  
104 p.; 30 cm

Orientador: Gilvan O. Veiga Dockhorn  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2024

1. Saber natural 2. Preservação 3. Patrimônio imaterial  
4. Mulheres 5. Ervas medicinais I. Veiga Dockhorn,  
Gilvan O. II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

**Eloiza Helena de Carvalho Bidel**

**A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS  
ESFERAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO SUL: PRÁTICAS  
DO SABER NATURAL NO MEIO RURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 31 de janeiro de 2024.

---

**Gilvan O. Veiga Dockhorn, Dr. (UFSM)**

(Presidente/Orientador)

---

**Leticia Machado Spinelli, Dra. (UFN)**

(Avaliador)

---

**Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM)**

(Avaliador)

Santa Maria, RS.

2024

## AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação para duas mulheres de garra que, no seu tempo e espaço, foram exemplos de força e de coragem para mim. Ady Lyrio Bidel (*in memorian*) e Cecilia Fettermann de Carvalho (*in memorian*).

Honro a pessoa que me tornei ao longo do tempo, conectando com a força das minhas antepassadas, mulheres que me ensinaram a ser forte, determinada, corajosa e resiliente às diversidades nos caminhos difíceis. Em nenhum momento deixei de acreditar que eu poderia e deveria seguir em frente na busca dos meus ideais, sonhos e metas de chegar à graduação, à especialização, ao mestrado e a frente ao doutorado.

Agradeço a mim mesma por ter aceito esse desafio de trilhar o caminho da educação, da pesquisa, das descobertas, das aventuras e das escritas, procurando dar o meu melhor. Estou chegando ao término dessa jornada, respeitando as minhas limitações, reconhecendo minhas inseguranças, mas ao mesmo tempo lançando novos voos incansáveis ao conhecimento científico. Não deixando o contrato de fidelidade com a pessoa que sou, com meus valores, meus princípios e ideais na proposta de caminhar em direção ao crescimento pessoal e profissional, sem deixar de lado as raízes das antepassadas que fazem parte de mim.

Agradeço ao professor e orientador Gilvan por ter me permitido fazer esse trabalho sobre as mulheres, navegando nas possibilidades de novas descobertas e entendimentos. Sinta-se homenageado pela escrita de força e coragem das mulheres na representatividade da sua matriarcal.

Agradeço ao meu companheiro de jornada, Bidel, que sempre esteve presente na minha vida, nas novas descobertas, nas realizações pessoal e profissional e também nos momentos de tristezas e frustrações. Ele foi amparo que eu tanto precisava, sempre é tudo por nós. Agradeço aos meus filhos, Douglas e Gabriel, netos Luis Henrique e Joaquim e noras Larissa e Carine, que contribuíram de forma expressiva na minha caminhada de estudos e aprendizados. Que eu possa ser para vocês exemplo de determinação e que as nossas memórias afetivas sejam fontes de luz na vida de vocês.

Agradeço as minhas irmãs Lilian, Tina e Rosaura que são a extensão do sentimento de afeto, de cuidado e de admiração da nossa mãe. Sei que somos o sangue dos nossos pais, mas as ligações das nossas almas ultrapassam outras vidas.

Gratidão a minha amiga Daniele Mallmann, parceira de jornada pessoal e acadêmica, sempre disposta a me ouvir, trocar ideias, ouvir as minhas dúvidas, angústias, incertezas e medo. Sempre foi minha luz no fundo do túnel, faz parte dessa vitória.

Minha querida Larissa Fassbinder, sempre disposta aos meus chamados, minhas invenções, grande suporte tecnológico. Só tenho que agradecer tua parceria, sempre assegurando as minhas mãos, sempre acreditou no meu potencial.

Shirley Souza, tens minha gratidão e respeito. És inspiração para todas as mulheres da família e principalmente para tua filha.

Cada uma das pessoas que convivem comigo, fizeram parte da rede de apoio, de força e amparo, todos foram importantes na minha caminhada e na chegada.

Gratidão as minhas ancestrais e a ancestralidade!

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.

**Angela Davis**

# **A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS ESFERAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO SUL: PRÁTICAS DO SABER NATURAL NO MEIO RURAL**

AUTORA: ELOIZA HELENA DE CARVALHO BIDEL

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gilvan O. Veiga Dockhorn

## **RESUMO**

A preservação do patrimônio imaterial emerge da necessidade de contribuir historicamente para a valorização da identidade de um povo. Através disso, se buscou, ao longo da pesquisa, compreender a importância do patrimônio nas suas diferentes esferas como instrumento de reconhecimento da história. No que diz respeito à sabedoria popular, a pesquisa teve como objetivo dar voz e oportunidade de fala para as mulheres do meio rural da cidade de São Pedro do Sul e através disso se construiu um material voltado para a conscientização acerca da necessidade de preservar memórias para lembrar. Através do conhecimento ancestral passado de geração em geração pelas mulheres que antes eram bruxas queimadas na fogueira é que se pode reconhecer na cultura local a história das ervas medicinais utilizadas como instrumento de cura para diferentes doenças. Para que toda a historicidade compreendida na pesquisa pudesse contribuir para o processo formativo de ensino e aprendizagem resultou dessa dissertação na construção de um produto, um jogo da memória composto por 34 cartas onde constam o nome científico e nome popular de plantas medicinais bem como a imagem de cada planta. O jogo tem como objetivo ser aplicado em escolas como incentivo ao conhecimento e valorização da sabedoria popular. Por fim, a pesquisa teve como aliado o comprometimento em preservar a história de um povo como construção de uma identidade social e local.

**Palavras-chave:** saber natural; preservação; patrimônio imaterial; mulheres; ervas medicinais.



**THE IMPORTANCE OF PRESERVING INMATERIAL HERITAGE IN THE  
EDUCATIONAL AND CULTURAL SPHERES OF SÃO PEDRO DO SUL:  
PRACTICES OF NATURAL KNOWLEDGE IN THE RURAL ENVIRONMENT**

**AUTHOR: ELOIZA HELENA DE CARVALHO BIDEL**

**ADVISOR: Prof. Dr. Gilvan O. Veiga Dockhorn**

**ABSTRACT**

The preservation of intangible heritage emerges from the need to historically contribute to valuing the identity of a people. Through this, throughout the research, we sought to understand the importance of heritage in its different spheres as an instrument for recognizing history. With regard to popular wisdom, the research aimed to give a voice and opportunity to speak to women in rural areas of the city of São Pedro do Sul and through this, material was created aimed at raising awareness about the need to preserve to remember. Through ancestral knowledge passed down from generation to generation by women who were formerly witches burned at the stake, you can recognize in local culture the history of medicinal herbs used as a healing tool for different diseases. So that all the historicity understood in the research could contribute to the formative process of teaching and learning, it resulted in the construction of a product, that is, a memory game composed of 34 cards which are composed of the scientific name and popular name of medicinal plants as well like the image of each plant. The game aims to be applied in schools as an incentive to knowledge and appreciation of popular wisdom. Finally, the research was combined with the commitment to preserving the history of a people as a construction of a social and local identity.

**Keywords:** natural knowledge; preservation; intangible heritage; women; medicinal herbs.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Apêndice A - JOGO DE MEMÓRIA: Remédios da Natureza.....</b>	<b>90</b>
<b>Apêndice B – Cartas do jogo da memória.....</b>	<b>92</b>
<b>Apêndice C - Registro de Intervenção .....</b>	<b>102</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**UFSM** - Universidade Federal de Santa Maria

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**MS**- Ministério da Saúde

**PNPIC**- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

**SUS**- Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1. História do São Pedro do Sul.....	16
1.1 Município de São Pedro do Sul e a sua história.....	16
1.2 Da colonização a descolonização dos povos originários.....	22
1.3 Patrimônio Cultural da humanidade.....	26
1.4 Patrimônio Imaterial: vivo de geração a geração.....	34
<b>2. MEMÓRIA ORAL: METODOLOGIA DA HISTÓRIA.....</b>	<b>38</b>
2.1 História Oral: ato de ouvir.....	38
2.2 O tempo: mulheres e vida.....	40
2.3 Meio rural: o gênero feminino.....	46
<b>3 NOVO OLHAR PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL: PRATICAS DAS MULHERES.....</b>	<b>54</b>
3.1 As vozes ecoam: mulheres sábias.....	60
3.2 A escrita como símbolo de representatividade das falas: prática das mulheres são-predenses.....	61
3.3 O conhecimento das mulheres como patrimônio atemporal.....	65
3.4 Saberes populares: práticas milenares.....	69
3.5 Saberes naturais: as ervas e a infusão de chás.....	71
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO SABER NATURAL PARA A EDUCAÇÃO....</b>	<b>73</b>
4.1 A ancestralidade como instrumento de sabedoria.....	73
4.2 A Medicina e a (re)descoberta do saber natural da ancestralidade.....	75
4.3 Saberes naturais rurais: ervas e infusão de chás.....	76
4.4 Práticas dos saberes alternativos: benzedeiros e curandeiras.....	78
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa tem como eixo norteador o Patrimônio Cultural e se justifica com a necessidade de propor um diálogo crítico reflexivo acerca do modo como a preservação do patrimônio histórico cultural imaterial através de diálogo na escola inserida no meio rural é discutida e através disso refletir como isso interfere na formação dos estudantes na comunidade local e na sociedade. A percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente.

Essas relações constituem o espírito dos países que compõem o continente e se manifestam por intermédio de cerimônias, linguagens do povo materializadas em atividades artesanais e produções artísticas ou literárias, canções, festas, receitas culinárias e saberes medicinais, entre outras manifestações sociais ou coletivas. As noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória — uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. A memória, do ponto de vista de Le Goff (1997) estabelece um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, além de constituir um “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos perceberem-se como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna cômicos dos embates sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem, os espaços de produção e cultura. Sob essa ótica, Le Goff destaca que a (1977, p. 189)

[...] identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania.

Sem dúvida, a cultura aprendida como “formas de organização simbólica do gênero humano remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação” que norteiam os “estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza” (LEFF, 2009).

Quando denominadas as “criações anônimas surgidas da alma popular” e “valores que dão sentido à vida”, podemos dar notoriedade aos saberes da população rural com suas memórias, na prática da infusão das ervas através dos chás, sendo esses, utilizados na cura ou apenas no alívio das dores do corpo ou da alma. Segundo Halbwachs (1990)

[...] menciona no seu texto que a memória tem uma característica de construção social, seja ela, pessoal ou individual, a “identidade”. Esses processos, de memória e de identidade pessoal, contribuem na sociedade como fato de interferência na coletividade.

A partir das memórias das mulheres do meio rural com seus saberes de ervas, no âmbito escolar e educacional tem-se uma definição nesse processo como um importante patrimônio imaterial. A autonomia dos saberes científicos e dos saberes empíricos, pode-se relacionar o último com a configuração da cultura e o meio, saberes ou memória, passada de geração em geração, a partir do contato com seus pares na comunidade. Cabe salientar a relevância e a necessidade da preservação do patrimônio imaterial, em relação ao respeito a historicidade de um povo rural, com esse processo da escrita, da memória e da identidade, contribuindo para que a comunidade se fortaleça coletivamente.

Doravante a pesquisa se propõe a dialogar com a historicidade que existe em cada local e em cada povo, na cultura rural, com a estratégia de construção de uma nova identidade, pautada nas lembranças, memórias e sentidos na cultura popular do meio rural. Isso quer dizer que a preservação do patrimônio imaterial está inteiramente ligada as questões emocionais, tendo em vista que tudo aquilo que nos toca e nos impulsiona é porque, de algum modo, nos tocou e fez história em nossa trajetória pessoal, social e política; como relata através da sua escrita Corrêa,

[...] toda defesa do interesse público na ação preservacionista, seja em nome do valor histórico, ou em nome do valor artístico, sob o crivo da história da arte, servem como suporte lógico na argumentação institucionalizada do patrimônio e da memória” (2007; p. 67).

O método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado, por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013).

A busca pela historicidade das pessoas como partes integrantes do patrimônio imaterial impulsiona a pesquisa a revisitar memórias que foram e são responsáveis pela preservação de um determinado conceito dos “saberes naturais do campo” através do processo de construção do conhecimento viabilizado pela pesquisa junto ao Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, foi possível analisar as práticas da comunidade escolar de São Pedro do Sul (RS) através do reconhecimento e preservação do patrimônio imaterial, especificamente os saberes do meio rural relacionados à infusão dos chás e suas ervas. Nesse contexto, as análises de documentos, livros e sobretudo, as memórias da comunidade serão fundamentais.

Será construído um processo de demonstração das histórias dos lugares que preservam e respeitam os saberes das ervas, mencionando no estudo as mulheres representantes no saber rural com as práticas de manusear as ervas medicinais, “intitulando” esse processo de remédios da natureza, com a infusão de chás, de ora em diante deste processo tornando-as alvos de admiração e contemplação como patrimônio imaterial da comunidade onde vivem com suas práticas’ ‘naturais’.

No tema da pesquisa “a importância da preservação do patrimônio imaterial nas esferas educacional e culturais de São Pedro do Sul: praticas saber natural do meio rural”, é relatada a transcendência do conhecimento das mulheres com as ervas e as práticas de infusão dos chás, como na reportagem do globo rural na edição do dia quatorze de novembro de 2017, com a repórter Helena Martins, encontra na cidade do Paraná, a prática da benzedeira Agda de Andrades Cavalheiro da cidade de Rebouças, que tem como princípio na sua vida a sabedoria das ervas, juntamente com sua rezas na benzedura. O destaque da reportagem nos mostra a relevância do jornal ou da revista com instrumento de pesquisa, tornando-os uma das fontes documentais. Como mencionam constante; Barichello: “O jornal como documento /monumento para a recuperação e preservação da memória numa visão interdisciplinar” (2018, p. 82).

Sendo uma das maneiras de conhecer nas leituras dos jornais: o contexto da situação escrita, pensamento e o momento histórico da época. Há necessidade de que o estudioso ou apenas o leitor diário, a perspicácia de analisar, de ter pela instituição jornalística a confiabilidade, as fontes, e o discurso da reportagem, sendo esses tópicos, um conjunto de itens que compõem a veracidade das notícias.

## 1. HISTÓRIA DE SÃO PEDRO DO SUL

### 1.1 Município de São Pedro do Sul e sua história

Para mencionar a história da cidade de São Pedro do Sul na região central do Rio Grande do Sul, localizamos primeiramente a mesma. Ela tem nos seus limites os municípios: a norte Toropi e Quevedos, a leste São Martinho da Serra, ao sul Dilermando de Aguiar, a oeste São Vicente do Sul, a sudoeste Caceque, a noroeste Mata e a sudeste Santa Maria.

Os relatos do escritor Leal, entre 1626 a 1627, tem destaque com o acontecimento na região da chegada dos primeiros jesuítas na figura do padre Roque Gonzales de Santa Cruz, que vem com a intenção de estabelecer reduções jesuítas no local onde hoje encontra-se o município de São Pedro do Sul, essas terras eram habitadas por índios conhecidos por Itaiacecó e o cacique da tribo era Guaimica. O padre tentou converter os indígenas Itaiacecó, mas não teve êxito como relata Leal, na narrativa de Lessa:

O Pe. Roque Gonzales tentou converter os índios ao cristianismo, mas o chefe Guaimica, ouviu atentamente suas palavras sobre a salvação prometida por Cristo, mas, ao final, mandou que o estrangeiro fosse embora de uma vez. Todos ali estavam muito contentes com sua vida e felizes com sua própria religião. (Lessa, 1996, p.19).

Este ocorrido traz a participação do padre como o primeiro homem branco a pisar no solo indígena do que hoje é o então município de São Pedro do Sul. Após quatro anos, com a morte trágica do padre Roque (assassinado por indígenas) foram enviados outros padres, seguindo a ideia do padre Roque de catequizar os indígenas. Esse processo tem êxito pois, conseguem vencer a resistência do cacique e sua aldeia Itaiacecó. Inicia-se aí, a doutrina religiosa cristã para converter os indígenas ao cristianismo, conseqüentemente, assim é erguido o símbolo da religião uma “Cruz”, a igreja de pau a pique, com a invocação de San Miguel Arcángel, nasce o povoamento cristão nessa localidade. Nesses períodos de povoamento, os jesuítas viveram economicamente dos recursos das estâncias e dos postos com sede da redução de São Miguel, do atual território de São Pedro do Sul. Com o crescimento financeiro foi escolhido para sediar o posto da Estância de São Miguel, que passou a ser chamada de “Posto de São Pedro do Sul”, beneficiada pela excelente formação natural da Serra Geral



e dos rios Toropi e Ibicuí. Nos registros pesquisados encontram-se outras denominações ao município, referindo-se como: “São Pedro do Rincão” ou “Rincão de São Pedro”, devido ao povoado do posto missioneiro, com sede na atual localidade de Ermida.

Com o acordo de Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas, a partir de 1787 através do convênio entre Portugal e Espanha que representava as demarcações dos limites entre os domínios de Espanha e do Sul do Brasil, foi criada uma comissão, representada pelo astrônomo Dr. José de Saldanha que, ao passar pelo município de São Pedro do Sul, escreveu em seu diário a denominação do local como “Estância de São Pedro da Serra”, pois acreditava que a mesma pertencia ao povo de São Miguel.

As rupturas e as lutas entre Espanha e Portugal, já que ambos queriam manter o domínio político e territorial, estendeu-se por anos. Nessas circunstâncias de conflitos surge a figura do estanceiro Manoel dos Santos Filho, conhecido por Manéco Pedroso, que lutou contra os espanhóis e guarnições castelhanas, sob o comando de Portugal. Como reconhecimento de sua contribuição à Coroa Portuguesa, recebeu a Estância de São Pedro, na parte meridional do atual município de São Pedro do Sul (atualmente Xiniquá). A sua contribuição foi além das lutas contra as figuras “não gratas” dos portugueses. Ele realizou o importante trabalho de redesenhar o mapa do Rio Grande do Sul. Os registros bibliográficos do município que descrevem que as terras foram doadas ao estanceiro Manéco indicam que foram vendidas por ele ao sr. Manoel Antonio Teixeira de Cerqueira Cezar e, mais tarde, em 1806, a localidade de Rincão São Pedro passa a ser o posto da estância de São Miguel e a partir da Sesmaria. A partir o território vai ser distribuído em lotes para venda, para vários proprietários.

A família de Crescêncio José Pereira decidiu viver na localidade de Rincão de São Pedro em 1858, comprando uma fração de terras. Em acordo com sua esposa, após sete anos fixados na comunidade, sentiam falta dos recursos da religião, necessitavam em ter um local para dedicarem aos seus atos religiosos, como uma “capela”. Desta forma resolveram doar terras, não descrevem a fração de terras, mas o valor monetário da época das terras. Com as partilhas das terras, foi determinada que uma parte seria usada para edificar a Capela em louvor a São Pedro, Apóstolo e outra parte das terras seriam destinadas para a doação, com a ideia e iniciar um povoado.

Desta maneira surgiram várias famílias com a vontade de ser candidatas a morar e viver nas terras do sr. Crescêncio, começando nesse momento o processo de povoamento que originou na atual cidade de São Pedro do Sul, no livro Antigo Registro Histórico São Pedro do Sul, (1926-1965) menciona:

Logo começaram a surgir moradias em terrenos distribuídos por uma comissão presidida por Crescêncio, que além de doar terrenos ainda trazia em sua carreta: ferreiros, carpinteiros, professores, funileiros e tantos outros, para aqui fixar residência e fortalecer crescimento do lugarejo. (Leal, 1986, p. 39)

Com o crescimento do povoado com as doações de terras, a Câmara Municipal de Santa Maria da Boca de Monte, em 1878 inicia as demarcações de ruas na localidade, após um ano começa a funcionar a primeira Escola Pública no Rincão de São Pedro. Leal relata:

Começa a funcionar a primeira Escola Pública no Rincão de São Pedro, dirigida pelo Professor Elisardo Nunes de Abreu, mas somente dia 05 de maio foi oficialmente contratado pela intendência de Santa Maria da Boca do Monte. (LEAL, 1986, p. 45).

Com a dedicação do professor Elisardo na educação dos habitantes do Rincão de São Pedro, ele passou a ser conhecido como o “Mestre Abreu”, instruindo os filhos de agricultores, segundo o livro São Pedro do Sul. Perfis Biográficos: A chegada do Mestre Abreu, como ficou conhecido, expandiu os horizontes dos pais de família, que logo foram tratando da abertura e funcionamento da escola pioneira, de caráter particular, na casa do agricultor Manoel Mariano da Silva no Passo da Taquara. Os são-pedrenses ficaram realizados com a presença e o trabalho do mestre Abreu, significava que a educação escolar com a escrita e com a leitura, seria para todos da comunidade local e principalmente para os filhos dos trabalhadores mais pobres da região de São Pedro do Sul.

O processo de imigração no Brasil, proximamente em 1880, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães que se direcionam para o interior do Rio Grande do Sul, na localidade de Rincão de São Pedro, envolvidos pelas notícias que essa localidade havia “terras férteis”, os anos seguintes atraíram mais colonos alemães na compra lotes de terras, com o intuito de melhores condições de trabalho e de vida. Os documentos não especificam uma data exata da chegada dos imigrantes italianos no Rincão de São Pedro, todavia Leal relata que várias famílias italianas, citando os nomes de cada família, contribuíram para o desenvolvimento e progresso de São Pedro. (Leal, 1986, p. 62). O desenvolvimento das populações que residiam nas terras são-pedrense, formou uma miscigenação entre si e constituíram as primeiras relações sociais comunitárias. O trabalho da população resultou no desenvolvimento econômico e cultural da comunidade, inaugurando o primeiro cinema conhecido como “Coliseu São-pedrense”,

a necessidade de ter a luz elétrica, movida a usina por aparelho de gás pobre (aparelho a lenha ao ser queimada gera combustão no dínamo).

A localidade de São Pedro reivindica, em 1926, a emancipação do município, desligando-se de Santa Maria. E assim com autonomia de Santa Maria, após dezoito anos, passa a ser chamada de município de “São Pedro do Sul”. Na atualidade tem a economia baseada no setor primário, com principais atividades na agricultura e a pecuária, destacando-se, principalmente, as culturas de soja, arroz, e milho e criação de gado de grande porte.

A narrativa da história do município de São Pedro do Sul tem uma figura peculiar, conhecido como Compadre da Estrada, um coração caridoso, ao receber ensinamento de um andarilho chamado Pedro Santeiro que andava com uma “Bandeira do Divino”, curando o seu filho de uma doença grave, pela sabedoria folclórica, como encontramos na escrita de Gonçalves, (2017). Ele chegava na frente das casas e dizia:

Eu venho trazer saúde a todos vocês”. Quando Santeiro chegou à casa do Compadre, o seu filho João já estava desenganado pela medicina da época, e como uma luz no fim do túnel, Pedro Santeiro ensinou remédios de ervas e técnicas de cura tradicional. (GONÇALVES,2017, p.123).

O Compadre da Estrada considerou um milagre a cura do seu filho. A partir daí, começou percorrer as comunidades, com os métodos de cura do andarilho: as ervas e benzeduras, ficando conhecido como curandeiro e milagreiro.

O surgimento do jornal como veículo de informação tem mais de dois mil anos, inicia-se com a criação da “Acta Diurna”, onde eram divulgadas as conquistas militares, sob a governança do imperador romano Júlio Cesar como forma incrementar e fortalecer o poder. A comunicação em forma de escrita foi determinante em outros lugares e períodos da história, Brito relata: [...] na Grécia restringia-se aos filósofos e aristocratas, enquanto que em Roma a escrita tornou-se uma forma de garantir os direitos dos patrícios às propriedades.

Na Idade Média uma minoria da população era alfabetizada, somente nos mosteiros e nas abadias que se encontravam as únicas escolas e bibliotecas da época, e era lá que se preservavam e restauravam textos antigos da herança greco-romana. (BRITO, 2010, p. 6).

A escrita do jornal foi um processo de registrar a dominação do poder econômico, político e cultural da época e, conseqüentemente, uma das fontes constituída do

fortalecimento da memória oral. Com o caminhar da humanidade na evolução da escrita, a prensa de papel foi o marco Idade Média, com a publicação de livros de jornais em máquinas, desenvolvendo uma “visão mais científica” dos acontecimentos do dia-a-dia da população. Os jornais começam a ganhar notoriedade a partir do século XIX no dito “campo jornalístico” na sociedade ocidental, com o desenvolvimento capitalista, sendo uma forma dos “homens” terem as notícias, as informações primordiais dos seus negócios.

O processo de industrialização e urbanização impulsionou a profissionalização dos jornalistas, reconhecidos como interpretadores das notícias ou, como menciona no texto Teoria do Jornalismo, “uma comunidade interpretativa”, que poderia ser equivocada, idealizadas ou não. Nas notícias escritas no jornal, os estudos científicos estão constantemente em evolução e adequando as “novas” teorias metodológicas de pesquisas em” documentos escritos”. Compreendendo que as fontes documentais podem ser encontradas em várias formas como jornais, revistas, cartas, livros, receitas e outros. Cellard menciona:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD ,2008: p. 295).

Contudo tem-se os jornais ou revistas, sendo elas empresas físicas ou online, com fontes metodológicas nos trabalhos acadêmicos. De modo que é relevante os jornais ou revistas, serem possibilidades, de utiliza-los como forma de “documentos “nas pesquisas, pois a riqueza de informações que pode ser extraída e também resgatada, possibilitando na ampliação do entendimento histórico do momento ocorrido os fatos. Ao iniciar uma busca o pesquisador dispõe a utilizar várias técnicas, métodos e análise, conforme seus objetivos na investigação do tema escolhido, como afirma os autores Gaio, Carvalho e Simões:

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize “(Gaio, Carvalho e Simões, 2008: p.148).

Seguindo a ideia dos autores citados, tem-se nas investigações, inúmeras possibilidades de produzir e ampliar os conhecimentos através de fontes que não sejam apenas com livros. Nas tecnologias atuais têm várias possibilidades de ferramentas eletrônicas, que vai da leitura em papel online, tem um grau de significância na investigação científica ou pessoal.

Não poderia ser diferente na cidade de São Pedro do Sul no período de 1915 com a importante inauguração no primeiro jornal denominado “O Comércio”. As inovações crescem com esse veículo jornalístico. Ele tornou-se um precioso meio de comunicação para a comunidade de São Pedro, deixando sempre a população local e arredores com notícias importantes. Destacando em 1919, nas primeiras páginas do jornal a reportagem da inauguração do tráfego ferroviário de São Pedro – Jaguari, considerado nesse período para a população “um favor de progresso indesmentível” (Leal, 1986, p. 101).

Em 1924, o jornal O Comércio, traz com grande destaque a notícia da descoberta dos fósseis de animais pré-históricos, as pedras calcáreas e outros minerais encontrados na região, como a manchete principal “Achado Precioso” em São Pedro. No decorrer dos anos e nos períodos atuais encontram-se registros de várias descobertas através das escavações de pesquisadores, matérias enriquecidos de história, que são transformadas em conteúdo de estudos, de pesquisas e de artigos científicos para o mundo acadêmico. Os vários trabalhos que envolvem as descobertas no município de São Pedro, a partir dos registros dos elementos encontrados nas escavações e nas paredes pelos arqueólogos, encontram-se no registro de Leal:

“No campo da arqueologia São Pedro do Sul também se destaca. Vários são os sítios arqueológicos que ocorrem em todo o território do município. Entre, outros, o mais importante, certamente, é denominado “PEDRA GRANDE” com inscrições “rupestre”, há poucos quilômetros da cidade. Ali, vários e importantes cientistas, pesquisadores, arqueólogos e antropólogos de renome estiveram pesquisando e escavando para posterior estudo e análise do histórico sítio indígenas. (LEAL, 1996, p. 203)

Nos relatos de Sommer e Scherer (2002) Mata e São Pedro do Sul (RS) tem uma das mais importantes “florestas petrificadas” do planeta, sendo uma das descobertas mais significantes para ciência e para a história local, contribuindo para entendimento dos demais lugares do mundo:

As ocorrências de fósseis vegetais no Mesozoico do Rio Grande do Sul estão concentradas na região central do Estado. Os fósseis ocorrem como caules silicificados de grande porte, normalmente rolados sobre sedimentos de diversas

idades, que se distribuem amplamente numa faixa Leste-Oeste de 200 km, embora o mais expressivo registro ocorra nas regiões dos municípios de São Pedro do Sul e Mata. (SOMMER e SCHERER, 2002. P. 203).

A criação da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos., teve a incumbência de reunir os diversos órgãos ou instituições com função, afinidade ou interesse nos sítios geológicos e paleobiológicos dos objetos descobertos em São Pedro do Sul e no Brasil.

O registro encontrado no Jornal de São Pedro do Sul sobre seu desenvolvimento territorial e populacional tem a relevância dos jornais da época como forma de conhecer a vida dos moradores nesse período que estamos pesquisando

## **1.2 Da colonização a descolonização dos povos originários**

A história da humanidade está vinculada aos primeiros “saberes” dos povos originários, os indígenas, no Brasil. Compõem nessas práticas as espécies vegetais na preparação dos remédios caseiros através das plantas medicinais fisioterápicas a utilização da natureza com as possibilidades de cura. Nas narrativas encontradas nos livros, documentos e outros instrumentos oficiais, a ocupação dos colonizadores foi com a intenção de enriquecimento material. Comum dos objetivos a posse de territórios, posteriormente desfalcando a cultura, os costumes, que levou nesse processo a dominação e a destruição da “identidade” dos povos que viviam no país. Na medida que se dava a ‘ocupação” os portugueses constituíram uma visão de branqueamento, utilizando a teoria cultural da valorização e o empoderamento da cultura europeia como legítima e a correta, descartando a cultura dos povos que viviam no país.

As diversidades culturais encontradas no Brasil pelos “homens brancos” foram estarrecedoras, pois em cada “tribo” encontravam distintos costumes, hábitos, rituais, símbolos e signos que faziam parte das suas essências. O efeito das “conquistas” no território brasileiro pelos colonizadores portugueses foi um projeto alcançado, em relação a posse das riquezas naturais, com as explorações dos povos, o planejamento e a elaboração da construção e da desconstrução ideológica, religiosa e cultural dos colonizados. O autor Prado Júnior menciona: A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre

com o mesmo caráter que ela, destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (1984, p 23).

No decorrer do projeto de exploração e destruição das raízes dos colonizados no Brasil, foi preciso ter reforços, pois o projeto era ambicioso, não comportavam mais com a rebeldia dos indígenas. Precisavam introduzir outros recursos, outros povos para continuação do sucesso, os africanos foram escolhidos por serem “diferentes”. Inicia-se novamente o requisito “ocupação” pelos portugueses, a invasão do território na procura de mão de obra barata, ou seja, mão de obra escravista. No cenário de denominações os colonizadores projetaram um estereótipo para os indígenas e negros como indolentes, sem sapiências e arredios ao oferecimento de trabalho. Aliás, os povos originários e os negros eram considerados pelos colonizadores como seres inferiores, justificando assim, a forma de tratamento, do trabalho forçado e da desvalorização cultural, como forma da perpetuação da ordem social vigente. Como afirma Schneeberger na forma vê-los como mão de obra do trabalho com inferioridade: Diversos fatores colaboraram para a utilização do escravo negro.

A inadaptabilidade do índio ao trabalho sedentário; o fato de que entre os índios o cuidado com as plantações era uma tarefa feminina; sua forte resistência à escravidão, procurando fugir. Em casos extremos, recorriam ao suicídio. O uso do africano se ajustava aos interesses dos colonos, pois era trazido na condição de escravo já adaptado ao trabalho agrícola; o tráfico era benéfico ao governo português, que cobrava impostos sobre a mercadoria importada. O trabalho forçado e escravista submetido para os “inferiores”, tornava-se como uma ordem social. Essa foi um dos tópicos primordiais no discurso de exploração aos povos originários e aos negros no Brasil.

Além da contextualização das teorias religiosas praticadas pelos mesmos como algo aterrorizante, foi necessário construir estratégias para mistificar as crenças, os ritos e os rituais dos indígenas e negros. Todavia, na concepção dos homens brancos, a salvação “da população diferenciada” que habitava o Brasil, estava na fé da religião cristã católica e nos conhecimentos dos jesuítas, sendo a doutrina da Companhia de Jesus, que continha a base para salvação. No decorrer dos séculos vai surgindo novas expectativas que foram distintas que relacionavam os povos originários e os negros e os brancos para os jesuítas, o primeiro tinham a defesa dos padres contra a escravidão e o segundo era necessário a escravidão e os últimos total liberdade. Essas expectativas da ideia e pensamento dos direitos de escravidão ou liberdade pelos dominadores estavam relacionados nos âmbito religioso, servidão e cultura.

Nesses processos os dois primeiros sofreram o “processo de aculturação”, não correspondendo a via de mão dupla, mas sim prevalecimento imposto pela cultura dos brancos em diversos aspectos. A cultura dos indígenas e dos negros tornaram-se secundárias para os portugueses, a relevância do branqueamento cultural nas questões de costumes, hábitos e regras ou normas civilizatórias era a chave para o convívio entre si e de aprisionamento.

Buarque de Holanda traz essa ideia de implantação da cultura no período colonial no Brasil:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (1995, p. 31).

Neste conjunto de circunstâncias vamos encontrar os saberes culturais dos primeiros povos originários e os negros nas questões de cura das moléstias com as plantas medicinais. As intenções no processo de descolonização vão crescendo em pensamentos, ideias e ações pelos representantes brasileiros. Começa a surgir a mentalidade do verdadeiro significado de “aculturação” dos povos que habitavam no Brasil. Esses processos de “descolonizar” foram longos anos de entendimento para ser compreendido como “chagas abertas” na cultura dos povos que foram submetidos ao processo doloroso, respeitoso e cruel da colonização brasileira.

As Marcas das ações que colocam em evidencia o termo descolonizar, ocorrem com o significado de estruturar o conhecimento cultural dos povos “culturalmente escravizados” pela dominação dos homens brancos. A partir da consciência que há conjunto de fatores positivos na aculturação dos povos, tem-se uma articulação de pontual as dessemelhanças entre o dominador e o dominado ou colonizador e colonizado, nesse caso, seriam os indígenas e os negros. A descolonização vem contestar as desigualdades entre os povos colonizados e a valorização das suas histórias, nas suas questões raciais e com suas identidades culturais com as crenças, costumes e outros. O pensamento de Colaço sobre a ideia de descolonização: O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada.

[...] deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A



intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (COLAÇO, 2012, p. 08).

Nessa conjuntura os povos subalternizados têm a partir deste pensamento decolonial, a possibilidade de serem ouvidos, de saírem da invisibilidade e da opressão que se arrastou alguns séculos no Brasil, que os manteve silenciados. Nos últimos anos, as ações afirmativas das relações culturais dos povos originários e dos negros tem colocado em evidências as mudanças nas composições raciais, de gênero e de cultura nos espaços que vivemos.

Aos poucos tem sido deixando de ser um dos fatores dominantes a “raça” para serem discriminados e desvalorizados pela cor de suas peles. Como explica Berghe:

No Brasil, raça apresenta um inquestionável valor sociológico, sendo que foi com a construção de uma pauta antirracista que se alterou todo um percurso de teorização do racismo. Uma definição pertinente de raça informa que estamos diante de pessoas que numa dada sociedade são socialmente definidas como diferentes de outros grupos em virtude de certas diferenças físicas reais ou putativas. (1970, p. 10).

Com base no que foi escrito até agora, os ensinamentos e os conhecimentos transmitidos pelos povos subalternizados, sejam eles, indígenas ou negros estão compostos na efetividade das histórias orais e nas memórias efetivas. Essas foram perpetuadas pelas gerações que acreditaram na veracidade das experiências com as plantas medicinais. Como relata Miglievch – Ribeiro:

Nessa perspectiva educacional, os modelos de educação indígena têm sido tomados como alternativas pedagógicas decoloniais importantes, pois trazem cosmovisões diferentes como, por exemplo, a visão não exploratória da natureza ou do trabalho, ou ainda a valorização dos interesses coletivos antes dos individuais – valores que põem em questionamento “categorias explicativas (e normativas) até então naturalizadas como absolutas” (2014, p. 68).

Os pensamentos que trazem a luz a essa nova visão de aculturação dos povos têm uma riqueza imensa a humanidade, constituindo como direitos humanos e o respeito as suas verdades e crenças. Os ensinamentos que foram persistidos pelos povos que habitavam as primeiras civilizações no Brasil, com as práticas de aproveitar a ervas e outros recursos da natureza, para aliviar ou curar as enfermidades do corpo e da alma. Deu-se com as narrativas da história oral, as memórias afetivas que foram se misturando com as várias experiências e vivências dos povos que viviam no Brasil. O sincretismo de saberes naturais das plantas medicinais, entre os indígenas e negros, subsecutivo os

brancos europeus, destacou-se em períodos da história na relevância da fauna e a flora como recursos terapêuticos na medicina tradicional popular.

Como menciona Canevacci (1996), o sincretismo atropela, dissolve e remodela a relação entre níveis alheios e familiares, entre aqueles da elite e os de massa das culturas contemporâneas. Esses povos em algum momento da história do Brasil foram ora dominadores, ora dominados, com o sincretismo concederam um rico entendimento de saberes com as plantas medicinais e suas serventias para população. A leitura ou a releitura da manipulação das ervas e das benzeduras como formar de combater as enfermidades e os males do corpo, tem nesses processos a riqueza cultural de cada civilização.

### **1.3 Patrimônio Cultural da humanidade**

O mundo no qual vivemos é construído através de diferentes passos e histórias, sendo a atualidade o presente de uma série de mudanças e construções necessárias ao desenvolvimento humano. A trajetória do homem no mundo é responsável por transformar e vivenciar diferentes acontecimentos que foram e continuam sendo de extrema relevância para a identidade cultural de um espaço. O enraizamento é, talvez, a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir.

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (BOSI, 2003, p. 175)

Através do processo de enraizamento o homem se torna protagonista e escritor de sua própria história e através disso contribui para a construção de tesouros que em algum momento do futuro serão memórias necessárias à condição humana. Transversalmente, a construção de memórias pode ser coletividade social com o reconhecimento de si mesmos em outros espaços. Segundo Franco (2019), o vocábulo cultura teve vários entendimentos em épocas distintas, tendo sua origem na denominação latina “colere” que significa cultivar, proteger, habitar com veneração, entendimento esse que teve dois desdobramentos, sendo um com “colonus” que se reporta a habitação e o outro “cultus” associado a ideia de cultivo ou cuidado. No francês antigo, o termo “culture” se relaciona à cultura da terra, do cultivo agrícola que é fertilizado pela ação do homem.

De acordo com Souza Filho (2002) a cultura engloba tanto a linguagem na qual o povo se comunica, conta suas histórias e faz seus poemas, como a forma como prepara seus alimentos, suas crenças, sua religião, o saber e o saber fazer das coisas, seu direito. Os instrumentos de trabalho, as armas e técnicas agrícolas são resultados da cultura de um povo, tanto quanto suas lendas, adornos e canções. A cultura de um povo está ligada à sua identidade e ao seu modo de ver e fazer o mundo.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007) define que a cultura engloba tanto a linguagem com a qual as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência.

Nesse sentido, a cultura se traduz na singularidade de cada indivíduo que produz e reproduz suas ações a partir de si mesmo, buscando, mesmo que de maneira não intencional, deixar a sua marca e contribuição na construção do mundo das novas gerações. É por meio dessa imersão no mundo que, amparado por sua cultura, que o homem significa sua existência.

Laraia (2013) destaca que o homem se vê no mundo a partir de sua cultura, suas apreciações de ordem moral, os valores, as formas de se comunicar, e de se comportar no meio social, entre outros aspectos são produtos de sua herança cultural os quais valida e assume como legítimo. Com isso, existe a propensão do homem considerar suas formas de viver como as mais corretas e naturais, o que pode desencadear a crença de superioridade de seu grupo social perante outros, o que consiste em acreditar que a própria sociedade é o centro da humanidade ou mesmo a sua única expressão e através disso é comum que a crença de um povo eleito predestinado por seres sobrenaturais para ser superior aos demais.

Tais crenças contm o germe do racismo, da intolerância e, frequentemente são utilizadas para justificar a violência contra os outros. Conforme Gonçalves (2009, p. 147)

[...] o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou se comunicar, mas também para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e a divindade, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a ser contemplado.

O patrimônio de certo modo constrói e forma pessoas. O termo patrimônio é abrangente e assume sentidos diferentes de acordo com o tempo e o local em que foi se instituindo. Tem sua origem no latim, composto por dois vocábulos: pater e nomos, sendo pater o que designa chefe de família, e em uma maior abrangência os nossos antepassados, vinculando aos bens, heranças que são oriundos do núcleo familiar; enquanto nomos está ligado as leis, usos e costumes ligados a uma família ou a uma cidade. Os bens patrimoniais materiais também são denominados de bens tangíveis e se apresentam em duas categorias: os bens móveis e os imóveis.

Os patrimônios imóveis são os que tem uma localização fixa, que se torna uma referência na paisagem urbana ou rural em que está localizado, podendo ser por sua relevância histórica, social, científica, estilística, etc. Entre eles temos os patrimônios arquitetônicos que são edificações e monumentos que são exemplares que representam a história e a cultura de um território, de uma determinada época ou manifestação cultural.

Através do reconhecimento do espaço como instrumento de pesquisa e dos sujeitos como aliados no processo de preservação da história é que se tornou possível construir um diálogo pautado na reflexão e na busca por complementos necessários à prática de pesquisa ação. De acordo com Walter Benjamim, (2007) a preocupação com a educação em museus é uma expressão ultrapassada atualmente. Os escritos de Ramos (2012) fazem refletir acerca dessa expressão. O processo educativo em museus históricos como ato de educar no presente é uma proposta de diálogo profundo com o passado.

É preciso reconhecer a oportunidade de construção de um processo educativo pautado na observação e na reflexão da história de um povo. Segundo Ramos (2004), as subjetividades são componentes de cunho essencial aos gestos educativos em museus. É necessário que o processo educacional exista um preparo para digerir o objeto museal para que tanto o museu quanto os humanos se adaptem e criem um elo de troca de conhecimentos. É válido compreender que estudar história em um museu é um espaço de estudo não formal e isso exige um processo de amadurecimento dos alunos quanto a prática educativa proposta.

O objeto museal configura-se como indício não apenas do que se quer preservar em um dado contexto, mas, ao mesmo tempo, é indício de tudo o que se descartou nesse mesmo contexto e que não compareceu à narrativa de salvaguarda que recria o museu

para si e para dada sociedade. Seria possível preservar tudo o que há? O fragmento, dessa forma, é não apenas um lastro fragmentário da realidade social-histórica, mas, ambigualmente, um corpo tornado sobrevivente.

Ao museu, dessa maneira, comparece uma história indiciária e naufraga, por vezes escrita sob *script* de uma sociedade que pinçou e elegeu seus próprios ícones, outras vezes como registro do refúgio de um naufrágio sem espectadores. Seria o museu o indício de um naufrágio da história apartada de sua própria humanidade? O objeto museal é lugar privilegiado onde se marca a história e se enuncia, em carne viva e sem subterfúgios, a violência mesma da vida, sem retoques. Lembrar-se, assim, é também esquecer-se, porque ao sujeito-objeto da lembrança somente resta o ato de esgueirar-se para os cantos, colocar-se à margem da história, senti-la por meio de fragmentos questionáveis e significantes.

Afirma-se a carga vivencial que traz aquele objeto à sua própria humanidade. O museu de Ramos (2004) convoca o objeto-sujeito ao valor ético, enfim, expondo-o apartado, narrado, sentido e lembrado como história, também esta uma sobrevivente. O objeto em estado de danação e o ensino de história no fio dessa meada compõem-se das idiosincrasias próprias da dimensão humana de que são feitas as sociedades que descartam, preservam e que, não raro, deificam seus testemunhos. Seria possível um museu sem deificações? Inspirando-se na literatura e sorvendo dela suas melhores tonalidades, o autor nos diz da (im) permanência dos objetos museais: deslocados, colocados e locados em um ambiente de guarda e mostra, os objetos encontram-se irremediavelmente desenraizados. Um entre lugar entre o mundo da lembrança e do esquecimento, o museu exerce sua ambígua condição testemunhal.

Para lembrar Guimarães Rosa (2000) o museu impõe aos objetos uma natureza apartada de si, funcionando, por isso, também como armadilha ao esquecimento - "alguém vai a um museu de relógios para saber as horas?", pergunta-nos o autor. A inquietude talvez resida no fato de que todo gesto endofágico é fundamentalmente auto interpretativo: a aprendizagem histórica, por suposto, é também aprendizagem de humanização, implica ultrapassagem, autodesconstrução, estranhamento. Nossa humanidade histórica, assim compreendida, assenta-se e se realiza, fundamentalmente, na palavra compartilhada: signo transformado em discurso, enunciação interacional.

Os museus também precisam alterar o modo com que recebem seus estudantes/visitantes. Os monitores não devem apenas expor o conteúdo da exposição, mas instigar os visitantes a perguntar, a se interessar e refletir sobre o que está sendo

visto. É necessário abrir para um diálogo criativo, desafiar, um olhar não sobre o que o monitor informa, mas abrir a visibilidade para os objetos, e com isso levar a uma reflexão e conhecimento sobre como a história é presente e marcada no cotidiano de cada visitante, construindo os saberes coletivamente. “Se pouco refletimos sobre nossos próprios objetos, a nossa percepção de objetos expostos no museu será também de reduzida abrangência. Sem o ato de pensar sobre o presente vivido, não há meios de construir conhecimento sobre o passado.

[...] Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, com algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas.” (Ramos, 2004, p 21)

Um dos grandes desafios que atualmente se colocam para os museus históricos é o modo pelo qual se deve atender a uma demanda que a cada dia se torna mais volumosa: a visita dos estudantes. Se há o objetivo de construir o saber histórico é imprescindível pensar sobre o público em geral e, sobretudo, os visitantes das escolas. Desobrigando-se da promoção de atividades educativas com alunos e professores, o museu erra por omissão, anula-se como lugar de produção de conhecimento.

Desenvolver políticas de atendimento aos estudantes não significa transformar o museu em apêndice da escola, nem descuidar a visita do público. Ao ter clareza sobre sua posição educativa que passa pela pesquisa de acervo, montagem de exposições fundamentais e atividades as escolas, o museu torna-se mais didático, mais provocativo e lúdico, criando condições para um relacionamento mais profundo com o variado espectro dos outros visitantes. Não se trata de promover ou reafirmar uma escolarização do museu, e sim estudar a multiplicidade dos papéis educativos que pode ser assumida por um espaço museológico (Lopes, 1991).

Ramos apresenta sua aproximação com o conceito de Paulo Freire (1982), “palavras geradoras”, propondo os “objetos geradores”. Assim, como as “palavras geradoras” são um meio de buscar uma alfabetização de um determinado grupo com um conjunto de palavras que tivessem um profundo significado para quem iria ser alfabetizado, o mesmo pode ocorrer com os objetos.

Os “objetos geradores” seriam aqueles responsáveis por motivar reflexões sobre as tramas entre sujeitos e objetos do cotidiano, entender que os objetos expressam traços culturais, são criadores e criaturas do ser humano. São os “objetos geradores” que devem estabelecer um diálogo entre o que sabe, o que se vai saber, buscando na leitura dos objetos novas leituras. As estratégias para desenvolver este diálogo, partem deste da escolha de como o objeto gerador foi elegido, até a criação de ficções ou narrativas que cada indivíduo deve efetuar para que cada participante do grupo compreenda e complexidade do objeto. Para Ramos (2004, p. 156) o “importante é que seja construída a circunstância para que se fale sobre objetos da vida cotidiana”.

O trabalho de compor o espaço expositivo a partir de pesquisas históricas e cenográficas deve fazer parte de um plano pedagógico para que a exposição seja explorada de modo mais proveitoso e reflexivo pelos alunos.

Como lembra Freire (1982), é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político (Freire, 1982). O museu, portanto, não pode ser o espaço de objetos de elite, nem de fornecedor de dados, mas deve ser inserido em um mundo vivido, envolvido em múltiplas leituras, assumindo sua criação política.

Para esta perspectiva, a noção de múltiplas temporalidades é apresentada. Citando Bruno Latour (2013) lembra como as multiplicidades temporais dos objetos estão marcadas no cotidiano, e fazem com que o uso que fazemos dos objetos e o uso que próprio objeto faz de nós, nunca ocorre em um presente puro. De acordo com Ramos:

"Viver com objetos de variadas épocas não é avanço nem recuo de tempo, não é progresso nem atraso. Ter tal questão como ponto a ser levado em consideração significa romper com a ideia de que vivemos num progresso que fala do passado como uma coisa ultrapassada, que coloca o que passou como evolução para o mundo atual; [...] não somos nem modernos nem antigos". (RAMOS, 2004, p.36).

Ir ao espaço museológico implica efetivamente em realizar atividades educativas, questionamentos e maneiras, teoricamente fundamentadas, de aguçar a percepção para os objetos das exposições, mesmo quando a visita é de uma criança em processo de alfabetização ou de período anterior. A proposta é não descolar o museu da sala de aula. A ligação entre sala de aula e museu muito depende da prática de um currículo aberto a certos procedimentos pedagógicos e determinadas concepções de saber histórico. Isso

significa que é preciso localizar a proposta nas teorias de currículo para a construção de currículo cultural.

Através disso, a construção de um elo entre a escola e o museu com a prática de atividades educativas como instrumento de conhecimento da história vai ao encontro dos objetivos como estratégias para desenvolver no âmbito escolar a importância da história do campo como referencial a “saberes naturais” da terra. É sabido que na cidade de São Pedro do Sul (lugar de desenvolvimento da pesquisa) não existe um museu voltado para o reconhecimento do patrimônio imaterial, no entanto os escritos de Ramos (2004) contribuem para a ideia de construir propostas pedagógicas de incentivo aos alunos a terem contato com os processos históricos dos patrimônios a serem estudados. Por fim, a pesquisa se propõe a construir um diálogo crítico reflexivo acerca da importância da preservação do patrimônio, criando um elo entre escola e patrimônio para que juntos possamos conhecer a história de uma sociedade responsável por construir historicamente o presente no qual estamos inseridos.

A preservação do patrimônio histórico cultural imaterial na escola rural interfere na formação dos estudantes na comunidade local e na sociedade. A percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente. Essas relações constituem o espírito dos países que compõem o continente e se manifestam por intermédio de cerimônias, linguagens do povo materializadas em atividades artesanais e produções artísticas ou literárias, canções, festas, receitas culinárias e saberes medicinais, entre outras manifestações sociais ou coletivas.

O conceito de patrimônio já citado anteriormente por outros autores na dissertação, como a ideia de “herança paterna”. Visto esse termo nas línguas românicas, segundo Funari e Carvalho (2005, p. 296), deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”. Para o referido historiador e arqueólogo, essas expressões fazem menção a *moneo*, que em latim significa “levar a pensar”. Portanto, as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória — uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais. Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas.



A memória, do ponto de vista de Le Goff (1997) estabelece um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, além de constituir um “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos perceberem-se como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna cômicos dos embates sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem, os espaços de produção e cultura. Sob essa ótica, Le Goff (1997, p. 96) destaca que

[...] a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do *ethos* cultural e de sua cidadania.

O *ethos* cultural, em essência, tangencia tudo aquilo que distingue a existência dos grupos sociais no interior de uma sociedade. Observado isoladamente, o vocábulo cultura, advindo de *colere*, denota o sentido de cultivar, originalmente circunscrito ao labor agrícola, mas o termo ainda contempla a educação, a polidez, a civilidade do indivíduo. Sem dúvida, a cultura apreendida como “formas de organização simbólica do gênero humano remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação” que norteiam os “estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza” (Leff, 2000, p. 178)

No âmbito do patrimônio, o restabelecimento da acepção antropológica da cultura como “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência” provocou a ampliação do conceito. (Bosto, 1993, p. 150). Este passou a abarcar também as maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições.

Essa noção de cultura, fomentada desde o início da década de 1980 nas convenções internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), adquiriu maior magnitude em 1985, por ocasião da “Declaração do México”. A caracterização ampliada da cultura, apresentada nesse documento, definiu o patrimônio como produções de “artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios”, “criações anônimas surgidas da alma popular” e “valores que dão sentido à vida”. Como relata Halbwachs (1990) menciona no seu texto que a memória tem uma característica de construção social, seja ela pessoal ou individual, a

“identidade”. Esses processos de memória e de identidade pessoal, contribuem na sociedade como fato de interferência na coletividade.

Nesse contexto, argumenta-se a importância da preservação de “obras materiais e não materiais que expressassem a criatividade de um povo: a língua, os ritos, as crenças, histórias, memórias, práticas dos saberes do campo, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”. (Declaração do México, 1985). Cultivar no âmbito escolar e educacional o apreço pelo patrimônio imaterial como suporte na identidade dos povos a “defesa da sua soberania e independência”. Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante. Nos anos finais do século XX e início do século XXI, já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio. Sem dúvida, hoje se reconhece que a cultura é construída historicamente, de forma dinâmica e ininterrupta, alterando-se e ampliando seu cabedal de geração em geração, a partir do contato com saberes ou grupos distintos.

Com base no exposto, cabe salientar a importância e a necessidade da preservação do patrimônio imaterial, em relação ao respeito a historicidade de um povo rural, de uma cidade ou de um país. Preservar o patrimônio cultural no âmbito material ou imaterial de determinado espaço cultural, é uma das formas de fortalecer com a escrita, a importância de preservar a história, a memória a identidade da comunidade, contextualizando um lugar de memória histórica e coletiva na comunidade com referências em suas “raízes”.

#### **1.4 Patrimônio Imaterial: vivo de geração a geração**

Os bens patrimoniais imateriais são, segundo Corá (2004) os que não envolvem uma materialidade, um objeto físico, que se relacionam a processos simbólicos e que não eram contemplados nas políticas públicas de preservação do patrimônio por não serem exemplares que evidenciassem a grandiosidade do Estado, mas sim uma cultura voltada para os saberes e fazeres locais, das comunidades, questões que não eram

valorizadas e consideradas de valor cultural pelas classes dominantes. Segundo Bonini (2014),

[...] as referenciais culturais imateriais ou intangíveis que não são peças acabadas de museu, são sim, organismos vivos em constante processo de mutação, dada a singularidade de cada um, de seus aprendizes e sucessores que se renovam e se recriam.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que a imaterialidade ganha *status* de patrimônio cultural, mas somente a partir do Decreto nº 3551, de 2000, e da Resolução nº 1, de 2006, que as formas de preservar os patrimônios imateriais foram organizadas pelos Livros de Registros, em que o bem que apresenta relevância à sua comunidade detentora passa por uma avaliação para poder compor, de acordo com suas características, um determinado Livro de Registro, disposto em quatro dimensões:

- Livro de Registro de Saberes: destinado aos bens que se relacionam ao modo de fazer, enraizado no cotidiano das comunidades;

- Livro de Registro das Celebrações: voltado aos rituais e festas presentes na vida coletiva, sendo por meio da religiosidade, do entretenimento, ou outras vivências do meio social;

- Livro de Registro das Formas de Expressão: contempla as diversas manifestações das linguagens artísticas, sendo elas plásticas, musicais, literárias ou lúdicas;

- Livro de Registro de Lugares: se reporta a espaços em que se reproduzem práticas culturais coletivas, como feiras, santuários, mercados, praças, etc.

No entanto, os patrimônios materiais e imateriais não representam categorias isoladas, visto que o estudo dos patrimônios requer um olhar para a totalidade dos elementos que constituem uma comunidade. A cidade é o território em que a vida se viabiliza, é o local em que as pessoas vivem, convivem, criam, sonham, compartilhando um espaço comum que tem suas próprias dinâmicas em um determinado contexto histórico, espacial, simbólico e econômico. Desta maneira a cidade se constitui em um complexo ecossistema criado pelo homem e que sofre influências internas e externas, em que as pessoas que nela residem compartilham crenças e narrativas que contribuem para a construção de identidades individuais e coletivas e que partilham saberes e fazeres em um espaço público comum.

Gomes (2012) destaca que o termo “espaço público” tem sido utilizado de diversas formas, principalmente para designar o espaço como uma referência concreta, uma área física; ou um espaço abstrato, em que se sustenta a vida política e democrática. Segundo o autor, o espaço é simultaneamente o substrato do qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido. Uma das maneiras de ampliar nossa compreensão é pelo estudo e observação do mundo vivido, do mundo que nos cerca, da nossa vida cotidiana, da nossa comunidade com a qual partilhamos sonhos, desejos, necessidades e expectativas, na constituição dos nossos saberes e fazeres que consolida nossa existência individual e coletiva. As aprendizagens que se amparam na preservação do patrimônio cultural com o foco voltado para uma formação cidadã tanto na educação formal como na educação não formal exigem um olhar com uma perspectiva crítica que supere uma formação meramente instrumental.

É preciso considerar que educar é proporcionar um diálogo entre o indivíduo e o mundo, com a realidade na qual convive no seu cotidiano em consonância com os conhecimentos e sentidos atribuídos em diversas épocas e contextos sociais. Educar de forma crítica impõe ir além das aparências em busca constante para desvelar as essências das coisas e dos fatos, com vistas a confrontar seus sentidos, sua permanência, as influências que exercem sobre o mundo atual, como também as ausências, as lacunas entre tantas outras questões que merecem uma reflexão e aprofundamento sobre as adequações (ou inadequações) dos sentidos e significados que foram se consolidando com o tempo, à nossa época, aos nossos anseios, desejos e necessidades, rumo à construção de um mundo mais democrático, justo e solidário.

Cabe salientar a importância da preservação do patrimônio imaterial como instrumento de pesquisa e de conhecimento, fazendo com que através do conhecimento prático, os alunos da escola da cidade de São Pedro do Sul (RS) tenham conhecimento acerca do patrimônio que os cerca. A pesquisa se propõe a dialogar com a historicidade que existe em cada local e em cada povo, na cultura rural.

Ressaltar-se a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial como uma estratégia de construção de uma nova identidade, pautada nas lembranças, memórias e sentidos na cultura popular do campo. Isso quer dizer que a preservação do patrimônio está inteiramente ligada as questões emocionais, tendo em vista que somos “abarroados” de histórias, essas compõem a nossa trajetória pessoal e social.

Abordar a historicidade da preservação do patrimônio vai ao encontro das ideias do autor ao buscar conhecer a identidade de um povo através de suas crenças, pensamentos, opiniões, modo de viver e etc. Através do reconhecimento de um povo e uma comunidade é que a pesquisa terá embasamento para dialogar a respeito do patrimônio existente naquele espaço. Para isso, é preciso reconhecer nos sujeitos e no espaço a oportunidade de conhecer os responsáveis pela construção e reconstrução de memórias responsáveis por construir um presente carregado de passado.

Como afirmam nas suas escritas Hobsbawm e Ranger: (1984)

“Muitas vezes “tradições” que parecem antigas são bastante novas ou até mesmo inventadas. Entendemos por tradição inventada um conjunto de práticas de natureza simbólica, normalmente reguladas por regras ou abertamente aceitas, que visam estabelecer certos valores e comportamentos baseados na repetição, implicando automaticamente em uma continuidade em relação ao passado”. (Hobsbawm e Ranger: (1984, p)

A partir da criação dos rituais nas manifestações do “saber popular das mulheres” e nas práticas das curas com a essência da natureza, é construída uma “invenção” que se torna significativa e expressiva nessas representações para as comunidades. A pesquisa o Patrimônio Cultural Imaterial em São Pedro do Sul com o saber popular das mulheres tem um determinado fim social e educativo, empoderando o reconhecimento das raízes culturais dos antepassados no aprendizado das ervas e infusão de chás no meio ambiente que estão inseridos, instituindo assim, uma memória que funcionará como estoque de lembranças afetivas, educativas e de conhecimento, pois são práticas empíricas, cientificamente comprovadas em estudos e pesquisas como eficaz nos tratamentos de saúde física e espiritual, com as ervas/chás.

## 2 MEMÓRIA ORAL: METODOLOGIA DA HISTÓRIA

### 2.1 História Oral: ato de ouvir

Quando exteriorizado à pertinência da escrita, o uso da história oral é o apêndice nas ferramentas de pesquisas acadêmicas, escolares e nos trabalhos jornalísticos do cotidiano. A caracterização da memória oral é uma metodologia da história que busca através do “ato de ouvir” e registrar pela escrita as vozes dos indivíduos que de uma forma foram excluídos da história oficial. A autora Guedes-Pinto menciona no Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora:

[...] a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais: “A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES PINTO, 2002, p.95)

Os ensinamentos que constituem a história oral, dão a conta que, ela poderá ser construída pelas memórias individuais e ao mesmo tempo correspondente as memórias coletivas. No glossário online encontramos vários significados para a palavra “memória” como. “substantivo feminino; Faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente; efeito da faculdade de lembrar; lembrança: não tenho memória disso! recordação que a posteridade guarda: memórias do passado; dissertação sobre assunto científico, artístico, literário, destinada a ser apresentada ao governo, a uma instituição cultural etc”. Ampliando os conceitos é “algo representativo” ou de uma “herança do passado”, que poucas vezes estão escritas como forma de registros, mas são encontradas na maior parte nas vivências e praticadas da oralidade dos antepassados. Afirmando a compreensão do artigo de História e Memória- Le Goff: A instituição é a do *mnemon* que "permite observar o aparecimento, no direito, de uma função social da memória". (Gernet, 1968, p. 285, apud. Le Goff, 2000, p. 201)

O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória" está limitado a uma operação ocasional. As relações de memória da oralidade podem ser utilizadas com linguagem falada, mas antes mesmo de ser falada ou escrita, já ocorreu uma “linguagem de memória” como um momento da história oral.

Todavia utiliza-se a linguagem da fala para depois ter a linguagem da escrita, essas tornam a fazer um processo que armazena o conhecimento da memória. Há diversas formas de descrever as memórias, principalmente quando o processamento de pesquisa qualitativa. No estudo da memória social é fundamental compreender e abordar os acontecimentos que ocorreram no momento dos fatos da história, na construção das narrativas dos saberes rurais, com a prática das mulheres com as ervas medicinais e a infusão dos chás.

A história das ervas medicinais tem ampla interpretação civilizadora em relação a linguagem da fala. Na memória oral, entende-se que cada sociedade tem sua própria construção da oralidade, não é como a escrita que delinea “palavra por palavra” na utilização das ervas e chás. Ao criar conhecimento, informação e significado com a memória, construímos a capacidade de “evocar” os ensinamentos das ancestrais com imagens, símbolos, e rituais na conservação do “passado”, ou seja, a memória pode ser herdada. Para Izquierdo (1988),

[...] a construção da memória envolve processos que se convencionaram denominar “consolidação”, entendidos tanto no sentido de solidificação de memórias, como no da junção de várias memórias. A reconstrução, que é à base da evocação, e, portanto, o único meio de medir ou determinar se cada memória existe, envolve também processos de consolidação, análogos àqueles desenvolvidos na construção. 1998 (ROZISKY, 2013, p. apud IZQUIERDO, 2000, p. 52).

Nesse contexto a “memória das práticas das ancestrais no ensinamento das ervas e na benzedura e na cura” é uma herança de aprendizados que constitui a valorização pela população de São Pedro do Sul, como Patrimônio Cultural Imaterial da sua comunidade. Como descreve Prats (1998) no seu conceito de patrimônio cultural que pode ser considerado socialmente como dignos de preservação, não interessa a sua prática, podendo esse conceito ser estendido ao patrimônio natural, e aqui relacionamos a natureza com suas ervas. A partir desses processos de conhecer os patrimônios naturais ou não, temos elementos que são culturalmente selecionados pela história oral, como construtor social, as narrativas das “mulheres sábias” com seus dons naturais da cura e a conexão com a natureza a milhares de anos, perpetua-se a legitimação deste discurso como habilidades das vozes das mulheres com a “Mãe Terra”. Nas palavras de Prats (1998, p. 63).

el patrimonio cultural es una invención y una construcción social” este sentido, [...] ninguna invención adquiere autoridad [...] hasta que no se legitima como

construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere. (Prast, 1998, p.63)

O discurso das vozes das mulheres com suas práticas dos “saberes populares” tem elementos que “carregam” seus símbolos, suas linguagens, suas ideias e seus valores que constrói e empoderam suas identidades, ou seja, Patrimônio Cultural Imaterial.

## 2.2 O tempo: mulheres e vida

De acordo com Butler (2015), a capacidade epistemológica de aprender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de aprender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. Estamos falando, é claro, de diferentes modalidades de “violência” em cada nível desta análise, mas isso não significa que todas sejam equivalentes ou que não seja necessário estabelecer alguma distinção entre elas. Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito.

Ainda conforme Butler (2015), os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento.

Ao mesmo tempo, seria um equívoco entender a operação das normas de maneira determinista. Os esquemas normativos são interrompidos um pelo outro, emergem e desaparecem dependendo de operações mais amplas de poder e, com muita frequência, se deparam com versões espectrais daquilo que alegam conhecer. Assim, há “sujeitos”



que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente — ou, melhor dizendo, nunca — são reconhecidas como vidas.

Em que sentido, então, a vida excede sempre as condições normativas de sua condição de ser reconhecida? Afirmar isso não significa dizer que a “vida” tem como essência uma resistência à normatividade, mas apenas que toda e qualquer construção da vida requer tempo para fazer seu trabalho, e que nenhum trabalho que ela faça pode vencer o próprio tempo. Em outras palavras, o trabalho nunca está feito definitivamente. Este é um limite interno à própria construção normativa, uma função de sua “iterabilidade” e heterogeneidade, sem a qual não pode exercitar sua capacidade de modelagem e que limita a finalidade de qualquer de seus efeitos.

Com base nisso, compreende-se que produzir e vivenciar uma vida também implica em produzir memórias que são necessárias ao desenvolvimento do tempo e do espaço para que, a partir dela, se possa construir um futuro, tendo em vista que para que se tenha um presente e um futuro é necessário reconhecer o passado e toda a sua história como instrumento de valorização da memória.

A história é feita com o tempo, com a experiência do homem através de suas histórias e memórias. E dentro dessa história, que é carregada e recheada de memórias, podemos destacar a participação das mulheres na antiguidade que através de atos de curandeirismo com chás e infusões de ervas foram responsáveis por manter vivos sujeitos importantes e necessários na construção das memórias do nosso presente e futuro.

É importante lembrar que as mulheres têm grande participação na construção do patrimônio imaterial construído na antiguidade através de sua participação ativa na construção da sociedade, seja através dos trabalhos domésticos, do trabalho no campo, das funções de curandeiras e benzedoras – as mulheres são instrumentos importantes e valiosos na construção da memória que temos hoje.

As mulheres neste período não tinham uma posição social de igualdade frente aos homens. O ideal de mulher estava atribuído à virgindade, à pureza, à submissão e à maternidade. O poder dos clérigos e dos príncipes era um poder voltado ao sexo masculino, misóginos porque estavam convencidos da impureza e da inferioridade da mulher, e até mesmo de sua “ruindade”. Vários fatores contribuíram para a naturalização da inferioridade da mulher no discurso dos homens na Idade Média. Especialmente nos países católicos, a escolarização das mulheres fez-se bastante restrita e tardia ainda no século XVI.

O desprezo que os homens tinham pelas mulheres nesta época encontrava-se expresso nos próprios termos designativos dos dois sexos. De acordo com o livro “A Feiticeira” de Michelet, a palavra latina empregada para nomear o sexo masculino *vir*, lembrava *virtus*, ou seja, retidão. Já *mulier*, que seria o qualificativo do sexo feminino, lembrava *mollitia*, ou seja, moleza, que tinha relação com fraqueza, flexibilidade (Michelet, 2002, p.28). Esses homens, independentemente de sua posição social, como pais ou maridos, reservavam-se o direito de castigar a mulher como se castigava uma criança ou mesmo a um escravo, sendo o “mestre”, ensinando o que é “certo”. Neste contexto as mulheres eram vistas pela Igreja Católica como seres inferiores, e não concordavam com as práticas do uso das ervas medicinais das feiticeiras, (denominadas pela Igreja). Todavia essas mulheres feiticeiras, eram os “clínico” da população carente de recursos da medicina científica e seus representantes. Na visão religiosa da época os homens formados deveriam praticar a cura, pois as mulheres não tinham uma formação, detinham certo conhecimento, passado pelas suas ancestrais, a oralidade de geração para geração. Muitos desses homens que podiam praticar a cura estavam ligados com a Igreja, desta forma também existia um jogo de interesses, de modo que a Igreja Católica seguiu declarando, no século XIV, que se a mulher ousasse praticar a cura, sem ter estudado para tanto, seria considerada feiticeira e teria como punição a sua morte.

Desta forma a feiticeira arriscava muito, pois ninguém pensava que aplicados exteriormente, ou tomados em dose muito pequena, os venenos podiam ser utilizados como remédios, assim também como algumas ervas. Michelet (2002) defende que “é certo que a planta assusta”. “Trata-se do meimendo, veneno cruel e perigoso, mas poderoso emoliente, suave cataplasma sedativo que resolve, distende e resolve a dor e muitas vezes cura” (Michelet, 2003, p.100).

Compreendemos então, que a mulher se encontra em muitas passagens da história, mas que na maioria das vezes não é lembrada de tal forma, dentre essas mulheres estavam as curandeiras, que com o seu conhecimento acerca das ervas medicinais, assim como experiência, auxiliaram muitas pessoas entre os séculos XV, XVI e XVII. Michelet ressalta em seu livro “A Feiticeira”, que mesmo sem formação científica, as mulheres na maioria das vezes utilizavam dos seus saberes em relação as ervas medicinais para ajudar as pessoas de suas comunidades, sendo os “médicos do povo (Michelet, 2003, p.13). Passaram então a serem vistas como supostas bruxas, sendo esse processo desencadeado, com a ajuda do *Malleus*, baseado no contexto em que se encontravam e as relações de poder da época. As regras dos Inquisidores do

século XV ressalta que as mulheres “bruxas” mantinham uma aliança com os demônios. *O Malleus Maleficarum* (O Martelo das Bruxas) é obra dos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger (1487) que afirmam:

Há três coisas insaciáveis, quatro mesmo que nunca dizem: Basta! A quarta é a boca do útero. Pelo que, para saciarem a sua lascívia, copulam até mesmo com demônios. Poderíamos adiantar ainda outras razões, mas já nos parece suficientemente claro que não admira ser maior o número de mulheres contaminadas pela heresia da bruxaria. E por esse motivo convém referir-se a tal heresia culposa como a heresia das bruxas e não a dos magos, dado ser maior o contingente de mulheres que se entregam a essa prática. (...)” (KRAMER e SPRENGER, 1487. Apud Revista, 2016, p, 41)

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades. Suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social, assim denominado por Abrams (2009), as mulheres vivem e atuam no tempo.

A caça às bruxas, iniciada na Europa a partir da junção do Estado e da Igreja Católica, constituiu-se como um dispositivo que segue ardente no presente e fornece contornos para as perseguições, violências e assassinatos praticados contra diferentes mulheres. Tais perseguições se tornaram uma prática emergente no complexo contexto sócio-histórico dos séculos XV, XVI e XVII na Europa, gerando um ambiente de medos e incertezas que culminou na busca pelos culpados das mazelas sociais pertinentes ao período.

A figura cristã do demônio foi eleita como grande responsável por grande parte das injustiças sociais da época, e as bruxas, por sua vez, foram consideradas agentes humanos de atuação demoníaca no mundo. Assim, elas deveriam ser caçadas, julgadas e punidas. Tratados de demonologia foram redigidos para explicar os poderes dos demônios e bruxas, dando respostas para os impasses enfrentados pela sociedade da época. Esses tratados afirmavam que a figura feminina seria ontologicamente dotada de fraqueza física e moral, de inteligência limitada e sexualidade incontrolável, por isso, elas seriam as vítimas privilegiadas das astúcias do demônio. Por essa razão, toda mulher deveria ser vista como suspeita de bruxaria.

A violência presente na caça às bruxas atravessou civilizações e acompanhou o processo de colonização das Américas. Isto porque a ascensão da modernidade/colonialidade, no século XV, ao estabelecer um desenvolvimento civilizacional em uma perspectiva evolucionista, interpretava as diferenças entre os povos ameríndios e europeus por meio de valorações dualísticas que apontavam os saberes dos primeiros como inferiores, primitivos e pré-modernos. Ocorre que, antes da invasão europeia, entes extra-humanos faziam parte do cotidiano dos povos, compondo suas cosmo-ontologias.

No cenário da produção de alteridade colonial, a figura da bruxa ganhou gradativamente cores e emerge, costumeiramente, com marcadores raciais. No Brasil, suas imagens remetem às mulheres negras, indígenas, articulam-se historicamente às práticas de perseguição e torturas direcionadas a essas mulheres por meio da subjugação de suas práticas e inferiorização de suas capacidades técnicas. Isto com vistas ao controle de seus corpos e subjetividades, a fim de que seja perpetrada uma destruição das práticas, elos e saberes: as mulheres se converteram nas principais inimigas do domínio colonial.

O conhecimento formulado por esses grupos de mulheres foi, e ainda permanece sendo considerado como perigoso pelo poder colonial/inquisitorial. As bruxas possuíam analgésicos, digestivos e tranquilizantes, usavam esporas de centeio (cravagem do centeio) para aliviar a dor do parto, o que se contrapunha à moral religiosa cristã que, à época, compreendia a dor feminina como um castigo divino resultante do pecado original de Eva. Ademais, as parteiras e curandeiras partilhavam de técnicas mecânicas de compressão abdominal, esfregando e diminuindo a pressão abdominal para facilitar o trabalho de parto. Esses conhecimentos populares eram realizados predominantemente por mulheres que, por vezes, utilizavam palavras e rituais mágicos para auxiliar no processo de cura. Frequentemente eram ainda convocadas para ajudar a prever o futuro, encontrar itens perdidos, identificar ladrões, marcar e cuidar de animais, conceder amuletos da sorte, entregar poções do amor e ofertar conselhos.

Os conhecimentos e práticas versados no uso das ervas com finalidade de cura e tratamento para enfermidades do corpo e do espírito, foram transmitidos através da oralidade, de geração a geração, e se consolidaram como uma característica primeira das mulheres de Abya Yala (vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América, que corresponde o conceito narrado pelo o povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva.) Conhecimentos que

mesclavam saberes dos povos originários, dos povos de África e das mulheres exiladas pela inquisição europeia.

Esses conhecimentos eram adquiridos através de experiências compartilhadas ou por meio de tradições ancestrais. Eles garantiam às mulheres autonomia em relação à gravidez indesejada, à infertilidade, além da manutenção da saúde e tratamento de doenças tanto em nível pessoal, quanto comunitário.

A história das mulheres está, na maior parte, associada as práticas de silenciamento e de violência que foram impostas sistemicamente no período inquisitorial ou no genocida da colonização das Américas, que ora foram aplicadas com métodos de torturas em níveis de violências físicas, sexuais, psicológicas, morais e patrimoniais, que são até hoje “naturalizados”. Embora não façam mais parte de um sistema, elas permanecem normalizadas no cotidiano de uma grande quantidade de mulheres. Com respaldo na ideologia religiosa, na moralidade e na diferença de gênero (Federici, 2019).

A luta das mulheres e sua resiliência têm força nas narrativas da Revolução Industrial e principalmente do papel de “donas de casa”, que guardavam os interesses familiares junto com seus maridos, como relaciona a autora Perrot (2015) o “trabalho e pão”. Esses direitos que correspondiam aos “maridos” no mundo do trabalho nas fabricas, estendiam a elas, “na força feminina” com o sistema domésticos que elas representavam, ora como artesãs, esposas, mães e ora operárias, algumas mulheres contribuírem para auxiliar o sustento da casa.

O “poder matriarcal” já foi visto por alguns pensadores da história como significante que foi perdendo “sentido” quando poderia disputar como os homens: Perrot (2015, p. 179)

Daí a responsabilidade nova – assustadora – das mulheres. Daí também a ideia de uma tomada do poder pelas mulheres e uma derrota dos homens, subjacente a muitos textos masculinos atuais, ou explícita em obras como Cidade das Mulheres de Fellini ou Mulheres de Philippe Sollers.

Quando analisados às questões do esquecimento e do silenciamento das narrativas que compõem a história da humanidade com a participação das mulheres, fica clara a questão do “poder masculino”, que invisibilizou fortemente a participação do protagonismo feminino perante aos homens por serem simplesmente “mulheres”, enriquecendo a figura central das narrativas apenas os “homens”, porque são vistos historicamente pelos conservadores e patriarcais como os “heróis”.

O homem, o ser masculino, é o “detentor do poder político”, legitima as fronteiras do “público” e do “privado” separando-as em categorias, que são nomeadas e delimitadas na sociedade. Na divisão de “categorias”, as mulheres ficaram no “privado familiar”, senhoras do lar, donas de casa, esposas, mães, irmãs, filhas, as frágeis, totalmente exclusas de direitos. Os homens se enquadraram no ‘público”, senhores do poder, de todas possibilidades de emersão na sociedade que vivem. Como menciona Perrot (2015): “Os excluídos da história operários, mulheres e prisioneiros. ” Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam indivíduos?

A questão é embaraçosa; muitos pensadores – como Condorcet (ano), por exemplo – pressentiram-na única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. É por isso que esse velho discurso retoma no século XIX como um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (Perrot, 1998, p.177)

São teorias que vão sendo transmitidas por gerações pelo patriarcado, o “natural” do gênero feminino é estar no “privado”, não sendo capaz de conseguir chegar ao nível dos homens que têm aptidões de exercer “qualquer” poder político. Este exerce o “dom” da racionalidade, da força física e emocional. As mulheres ficam com a “inaptidão destes sentimentos”, que correspondem apenas aos homens.

### **2.3 Meio Rural: o gênero feminino**

Com a modernização da vida urbana, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da população e das cidades, caracteriza o meio rural com a nova forma de vida, com a chamada “modernização da agricultura”, desenvolvendo novas técnicas de cultivo e, conseqüentemente, movimentando a divisão de trabalho.

No Brasil, atualmente, o meio rural está sendo vinculado ao modo de produção capitalista, direcionando a vida do campo a novas perceptivas de lucros, preenchendo as lacunas de negócios, mediante algumas ocupações vantajosas para a população do campo, que podem ser do turismo rural ao mercado imobiliário. Nesse processo de modernidade vincula-se a relação campo-cidade e vice-versa.

As atividades rurais são economicamente a renda de muitos agricultores. Os espaços de moradia, estão ligados ao sustento do trabalho e da qualidade de vida. Como menciona Souza (1971, p.42):

Encontramos muitas pessoas que mantêm atividades rurais, não apenas pela necessidade econômica, pois, embora algumas realmente necessitem da renda a partir do gado (bovino, equino ou suíno) para o próprio sustento e o da família, há muitas outras aposentadas que criam ou plantam devido ao desejo de permanecer vivenciando um cotidiano do campo, já que, de modo geral, são migrantes da área rural de outros municípios ou moram em antigos terrenos rurais que foram incorporados à malha urbana. Assim, o que ambos, aposentados ou não, têm em comum é o prazer nas atividades e nos hábitos próprios do campo.

No processo histórico da cultura rural, as narrativas no decorrer dos tempos e dos períodos, encontra-se várias modificações que vão de costumes, de hábitos, de práticas da população na zona rural, sendo essas, alterações significantes na estrutura familiar, no modo de produzir e na organização dessa produção, adaptado e encaixando as exigências e necessidades do mercado capitalista.

As conexões do campo-cidade, fortalecem-se com o passar dos tempos, com o aparato e aperfeiçoamento dos meios de comunicações, os avanços das tecnológicas e a ascensão da globalização que se amplia sem distinção de local, região ou questão social. Ao longo do processo de “modernização” na vida campal, as transformações vão surgindo e incorporando as “inovações” nos papéis sociais da população que vivem no meio rural. No Brasil em alguns aspectos a chamada inovação, encontra resistência na aceitação dos novos hábitos da modernidade, perpetuando a legitimação aos costumes e a cultura rural como sua, ignorando a evolução do tempo, ao espaço e ao conhecimento científico.

Para Carl Sauer a cultura é um fenômeno que se origina, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreendido no tempo e traçável no espaço, a cultura então seria “como as coisas se tornam”. Corrêa (2001, p.12)

As indagações e problematizações sobre o saber e fazer das mulheres em sua multiplicidade, sua representatividade, memórias, artefatos e outras manifestações culturais envolve a ideia do diálogo a seguir. Assim como a história das mulheres envolve as concepções teóricas, a abordagem do patrimônio em feminino também requer um aprofundamento sobre o campo de análise. Isso porque, ao pontuarmos o termo “patrimônio em feminino”, utiliza-se como referência teórica para essa análise a contribuição da

memória de mulheres em âmbitos culturais, com os museus, espaços culturais, bens imateriais, saber e fazer feminino.

Levando em conta as discussões a respeito do patrimônio em feminino, este ainda é um conceito recente e se postula a abordar a superação das desigualdades culturais e de gênero na análise do patrimônio histórico-cultural. Nas palavras de Gonçalves (2009, p.25) 'patrimônio' está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários, referimo-nos ao patrimônio econômico de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo, usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil

Ainda analisando as concepções femininas e patrimônios, tem-se no catálogo sobre Mulheres e Patrimônio/ Ibermuseu (2016, p.07) relatado a importância de problematizar a história das mulheres e suas memórias no campo do patrimônio cultural. Segundo Bonanchea (2016, p. 7- 8)

Recuperar la memoria delas mujeres nos permite conocer una historia de desigualdad, de imposición de cánones patriarcales y de roles de género que, perpetuados durante siglos, nos llevan a un presente en el que aún permanecen sedimentos de discriminación que en ocasiones se manifiestan en la violencia contra las mujeres.[...]Y dentro de esos instrumentos, la cultura tiene también su pequeña parcela: la de realizar actividades que fomenten la igualdad y la equidad de género al desarrollar proyectos que permitan dar visibilidad a las mujeres en la historia, las artes o la literatura.

Para compreender a história das mulheres, utiliza-se as análises de Michele Perrot (1998, p. 210), a qual argumenta que “escrever história exige ter fontes, sejam documentais ou não, mas até isso dificulta quando se trata da história das mulheres, sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos e, seus arquivos destruídos”. Para a autora, essa invisibilização historiográfica foi enfatizada pela ausência feminina nas fontes que constituíam o objeto material da pesquisa histórica: o documento.

Para substanciar a análise utiliza-se também as abordagens de Garrido & Gomez (2016, p. 79), as quais destacam em seu estudo que:

[...] o 'patrimonio en Femenino' se constituía claramente como un proyecto de investigación referente a “los museos que interpretan sus colecciones en clave de género, pero no sólo eso, sino también como un proyecto que apuesta



por la innovación tecnológica y, específicamente, por la inclusión digital del género desde diferentes puntos de visto.

Nota-se que a abordagem sobre “patrimônio enfemenino” nos aponta para a inclusão das abordagens sobre a contribuição, representações, objetos, coleções femininas imersas no universo cultural. Isso também nos faz analisar as ações e saberes, que podem ser interpretadas, ressignificadas, com uma rede de concepções que trazem a importância das memórias femininas, das representações culturais, impulsionando, assim, que se ensine história por outro prisma, envolvendo as contribuições das mulheres em espaços históricos, em edificações, em museus, em exposições, em que se pontue a questão da história das mulheres e o patrimônio em âmbito diferencial para as análises históricas. Soihet e Pedro (2007) apresentam a trajetória da formação do campo historiográfico intitulado História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Para tal, analisam as contribuições históricas para a pesquisa. Inserem algumas concepções sobre as demarcações teóricas e metodológicas sobre a história das mulheres e as relações de gênero. As autoras salientam que “a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista” (Soihet; Pedro, 2007, p. 282)

Nesse sentido, ao particularizar a contribuição feminina no que se estuda na história pretende-se superar a “generalização” acerca do estudo do patrimônio. Isso porque, se coloca “*enm evidencia la organización de la sociedad em contextos específicos e históricos problematizando los mandatos atribuidos a los sujetos en virtud de sus condiciones sexo-genéricas y destacando la excepcionalidad cuando ésta emerge*” (Garrido; Gomez, 2016, p. 81) Rechená (2011, p.239) dialoga sobre o feminino e o campo do patrimônio museal, argumentando que são vários espaços de silenciamento, de simbologia, de fundamentação do “olhar” histórico, o que também pode ser entendido como um ato de justiça e “um passo em frente na construção de uma sociedade mais justa, que aplica os conceitos de igualdade de gênero, de inclusão social e de democracia participativa”.

Em outras palavras, a museologia de gênero contribui para uma dimensão que valoriza a equidade social, dando visibilidade às mulheres e às suas realizações. Mesmo que em muitos momentos de silenciamento e de exclusão na escrita da história é notória a participação das mulheres na construção da sociedade e na valorização do patrimônio como bem histórico cultural. É preciso valorizar a participação das mulheres como

instrumento de emancipação social para que, através disso, se constituam novas possibilidades de crescimento e de liberdade.

Ao estudar as questões que são direcionadas ao Patrimônio cultural, tem como conceito um conjunto de todos os bens, que pode estar relacionadas as manifestações populares, seguido pelos cultos, tradições, assim encontradas nos patrimônios materiais e imateriais, que podem ser reconhecidos de acordo com sua ancestralidade. Esses patrimônios adquirem relevância históricas e culturais para a população com valores estimados. Falar em patrimônio cultural nos remete a construção e valorização de nossa própria história enquanto seres sociais em processo permanente de evolução.

Ao longo dos anos muitas foram as construções de diferentes povos e sociedades para que o presente fosse possível, daí a necessidade de resgatar a preservar a história que nos torna quem somos. A preservação do patrimônio cultural material e imaterial emerge da necessidade de guardar aquilo que nos torna capazes de viver atualmente, tendo em vista a necessidade de um passado para existir o presente.

A preservação do patrimônio cultural pode ser construída através de fontes documentais que trazem relatos históricos, um exemplo disso são os jornais. Através dos periódicos podemos desvendar o social, o político, o econômico e dentro de um período pré-determinando para estudo e os agentes participantes do processo social, ainda é possível percebermos seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história. Através do jornal como fonte documental se tem a possibilidade de folhear o passado no momento presente, revisitando e comparando os acontecimentos.

Além das fontes documentais se pode visitar o passado e conhecer a história através de memórias orais, ou seja, compreender o registro de histórias de vidas e também depoimentos diversificados, articulados, registrados de forma sistemática, em torno de um tema. O diálogo com pessoas nascidas em outras épocas soa como de extrema necessidade para o conhecimento da história viva.

Através do conhecimento dessas histórias é possível conhecer costumes que eram passados de geração em geração como o uso de ervas medicinais como alternativa de tratamento para diferentes doenças. Sabe-se atualmente que no passado as ervas eram muitas vezes o único recurso de medicação no meio rural devido à distância dos hospitais nas cidades e por isso a importância de conhecer também a construção e valorização da saúde através do uso de ervas e chás. Todos esses saberes fazem parte do patrimônio imaterial e devem ser conservados e valorizados.

A construção da história como instrumento de valorização da cultura e dos diferentes tipos de patrimônio deve ser valorizada e é importante mencionar a participação das mulheres na construção dessa história que é contada em diferentes gerações. As mulheres são grandes responsáveis por construir socialmente condições de vida melhores para todos e de criar estratégias de sobrevivência. Por fim, o conhecimento da história do passado e da preservação do patrimônio cultural é de extrema importância para que atualmente, e futuramente, sempre se tenha do que lembrar.

As mudanças vão acelerando ao longo dos tempos e a humanidade procura se edificar com novas ideias, novos pensamentos e novos conceitos na tentativa de construir novas teorias de convívio civilizado. No decorrer do processo “civilizador” das populações, na história social, observam-se várias modificações metodológicas e culturais, ampliando métodos de entendimento na história narrada. Os procedimentos metodológicos e culturais são definidos como ações desafiadoras nos estudos e pesquisas acadêmicas, no decorrer do processo de aprimorando aos novos cenários.

Os pensadores que apoiam o cenário de mudanças, destacam a relevância da história das mentalidades, na explanação da história da humanidade, passando ser “instrumento” de apoio ao conhecimento em outros campos da ciência. Para Jacques Le Goff (2000) na história a mentalidade vai além, e assim vai ao encontro de outras ciências humanas. A partir da transformação na visão “moderna”, enxerga-se na História da Mentalidades, o início da ruptura com a explicação conservadora e patriarcal, da impercebível participação das mulheres nas fontes históricas do Brasil e do mundo, como protagonistas e não como coadjuvantes.

Sendo afirmado no pensamento de DIAS:

O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de status e de renda. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos. (2007, p. 128).

No discurso e nas práticas do cotidiano da sociedade patriarcal e machista, as mulheres foram invisibilizadas, tendo em vista, que suas participações e contribuições no desenvolvimento sociocultural e econômico na vida rural foi significativa. Nesse fenômeno de esquecimento, as mesmas, não são reconhecidas no seu labor, nas

atividades agrícolas, nos costumes, nas tradições e nos valores, ficando às margens da sociedade.

A interpretação desse pensamento está registrada por Elisabeth Maria Cardoso, da ONG Articulação Nacional de Agroecologia: “No campo, a agricultura, que é a atividade produtiva, se confunde com a doméstica. A mulher camponesa, não é reconhecida pelo trabalho produtivo, é como se não fizesse nada, apenas sua obrigação como matriarcal do seio familiar. Ao se ausentar, a mulher deve conseguir adiantar as obrigações do lar ou ter quem a substitua. É um preconceito muito grande. Mesmo com as outras mulheres acham estranho se a vizinha começa a sair demais. As companheiras começam a falar mal, a dizer que está enganando o marido”. (Cardoso, 2014, p 01)

O desenvolvimento dos estudos acadêmicos e o apoio e o fortalecimento dos movimentos feministas têm contribuindo para desmistificar a figura da mulher vinculada ao “dom” da maternidade. Desconstruindo a sociedade patriarcal e conservação à valorização das mulheres através do aprendizado, na qualificação do trabalho no campo.

Para Saffioti (2013):

Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhavam nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental. (2013, p. 32).

A história contada traz o favorecimento das circunstâncias aos homens se comparadas as “necessidades e vontades das mulheres, reforça historicamente a divisão por sexo biológico, entrelaçando a premissa das mulheres da fragilidade, incompetência de gerenciar atitudes e inteligência. Perrot (2015) explica porque tem a história insistido na diferença do “sexo”:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 186.” (PERROT, 2015, p. 187)

Não distante do pensamento que ainda se tem na atualidade por algumas linhas de pensamento conservador e patriarcal, que insistem na divisão de papéis entre homens e mulheres, colocando categorias de fortes e fracos ou inteligentes e inepto.

### **3 NOVO OLHAR PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL: PRÁTICAS DAS MULHERES**

Com o objetivo de construir caminhos viáveis na importância da valorização dos patrimônios culturais das cidades, das perspectivas da economia no âmbito material ou imaterial, este trabalho direciona especificamente ao Patrimônio Cultural Imaterial das mulheres e seus saberes milenares na infusão de ervas e chás com as práticas das ancestrais nas curas e benzeduras, na região central do Rio Grande do Sul, na cidade de São Pedro do Sul.

Foi argumentado durante a escrita até aqui a necessidade de investir no turismo como fonte de economia dos patrimônios culturais, sendo eles material ou imaterial, para a população que os cercam. É preciso, pois, estudar recursos, estrutura e infraestrutura para preservação, nesse caso, no patrimônio cultural imaterial dos saberes das mulheres. Assim passam a edificar essas práticas de saberes a economia local, com referências as riquezas de conhecimentos na perpetuação dos bens públicos.

A partir das questões de valores e preço do saber cultural material e do imaterial, tem um significado relevante no desenvolvimento de políticas públicas ao reconhecimento e cuidado da preservação da cultura da população local como bens de valor e não de preço. Segundo Reis (2009, p. 26)

A economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas da visão de fluxos e trocas, das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento.

O construtor social, a partir dos setores públicos e particulares construiu a noção de patrimônio cultural, ligando-os ao pertencimento e à identidade dos patrimônios culturais, em toda as esferas. Esses conceitos, como reconhecimento e identidade, trazem na visão patrimonial da economia uma relação social, sendo a sociedade se articulação e organiza com seus pares para tomar suas decisões em relação ao produto (patrimônio) e a economia (preço). Martins (2008, p. 78) traz a ideia de que o “estudo é necessário para economia do patrimônio cultural, cada indivíduo escolhe e se organiza para a preservação, o consumo e a distribuição dos bens patrimoniais que geralmente são bens únicos”.

A economia patrimonial cultural começa a partir da década de 1990, quando surge à terminologia economia da cultura, que veio com o intuito de contribuir na relevância dos setores que estão atrelados a pasta cultural, principalmente as questões de renda e emprego. Com o direcionamento da cultura, encontram-se possibilidades econômicas que tem ramificações no exalçamento e o reconhecimento das políticas públicas do Brasil, gerando maiores interesses nos projetos.

Nesse contexto, lançar se um novo “olhar” para ambos (economia / cultura) como embolso para sociedade. São reflexões que operam a grandiosidade da economia patrimonial cultural e seus efeitos positivos para a comunidade, proliferando com vários efeitos que podem ser na forma direta, na forma indireta e na forma induzida (Benhamou, 2016, p. 79). A utilização dos patrimônios culturais no sentido economicamente para a comunidade, não apenas como estrutura de preservação, pode-se usufruir o crescimento de rendas e, como resultado desse processo a elevação do “pertencimento” nas esferas de valores: históricos, sociais, estéticos e de existência.

Enaltecendo a dinâmica de ancorar projetos públicos ou particulares com os conceitos dentro da economia e da cultura, germinam as possibilidades expressivas para sociedade, com maiores ganhos de recursos, consumos e rendas. Algumas literaturas que se referem a economia, conceituam essa, como a ciência que estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços, assim como as condições para a produção, os modos de distribuição e as formas de consumo.

Ao pensar no patrimônio cultural material e imaterial, associando as possibilidades de bens e serviços, são construídos mecanismos que serão partilhados coletivamente, recebendo incentivo aos consumos e aos cuidados adequados do patrimônio cultural como fonte de “preço”. Estudos mostram que no Brasil tem uma imensa cadeia de fontes naturais e acervos enriquecidos de bens patrimoniais de cultura material e imaterial, possível fonte de “renda”, que podem corresponder ao turismo ou atividades que envolvam criatividades de “encantamentos” as populações do país.

As estratégias podem ser diferenciadas em valor de uso e troca, visto economicamente, e valor signo e simbólico, no sentido cultural, construindo métodos eficazes nos projetos públicos, assim gerando empregos e diversificando os “usos” dos patrimônios culturais em cada comunidade. Na visão de Cooper (2000, p.33) “o turismo ainda é uma área de estudo relativamente jovem, o que acarreta várias questões para todos os envolvidos no ensino, na pesquisa e na temática”.

Sendo assim é possível compreender que a história, com o passar dos anos, mostra que as atividades turísticas são vistas como novas no mercado, tornando-se dignas de investimentos empresariais e também de estudos acadêmicos.

Quanto ao Patrimônio Cultural Imaterial, para melhor entender a relevância da economia patrimonial, é necessário definir alguns aspectos encontrados na literatura, que podem ser definidos como produção de serviços patrimoniais, de serviços auxiliares, de produtos auxiliares e inventário, conservação, restauração, produção de serviços, informação e difusão, são todos elementos que têm a circulação tanto em preços quanto em valores.

Dentro desse viés podemos referir ao valor social, a exemplo da cultura imaterial dos saberes, da infusão de ervas e chás das mulheres são-pedrenses na prática da cura e na benzedura. Elas perpetuaram no processo da memória coletiva, memória afetiva que vão aparecer doravante na construção de significados, símbolos e laços de identidade na cultura patrimonial da comunidade. Com o olhar de que podem ser descritos nas questões dos paradigmas dos saberes populares com o aprendizado da natureza e suas ofertas como as “ervas”, todavia o patrimônio natural, encontramos as “mulheres”, na questão biológica, como o maior patrimônio cultural da comunidade de São Pedro do Sul, os seus fatores de ensino e aprendizados na “cultura do saber popular”, afetam o comportamento, a visão, os valores da comunidade que vivem, pois por si mesmas podem ser consideradas um “patrimônio cultural”, são as agentes do saberes milenares.

Essa ideia tem na narrativa de Prats (2016, p. 163):

Si nos situamos en una perspectiva antropológica global y tomamos al hombre como lo que es. una entidad biocultural (y nos despojamos, por supuesto, de los prejuicios ideológicos), el patrimonio cultural adquiere, sin embargo, unos rasgos y una significación completamente distintos de todo lo que hemos visto hasta ahora. El hombre, como especie. tiene un patrimonio biológico endógeno (o intraespecífico) constituido por la diversidad genética, y, si se quiere. otro patrimonio biológico exógeno (o extraespecífico que no le pertenece pero cuya gestión se atribuye), constituido por la biodiversidad. Junto a ese patrimonio biológico, el hombre tiene un único e indiscriminable patrimonio cultural, constituido por la diversidad cultural. que no se transmite genéticamente sino mediante el aprendizaje y que incluso no es mecánicamente asociable a los grupos de origen”.

Podemos considerar no caso desta pesquisa, o ser biológico, “as mulheres” e os saberes populares. As memórias tornam-se um conjunto de patrimônio cultural da cidade de São Pedro do Sul, que deve ser reconhecidos e admirados por todos que praticam a



sabedoria popular. No artigo *El concepto de patrimonio cultural*, Prats (1998) tem uma maneira de explicar modelo teórico e metodológico dos processos de construção e caracterização do patrimônio cultural em toda sua complexa minuciosa.

O autor reforça na sua escrita que o patrimônio cultural tem que ser conservado independente dos interesses políticos e econômicos, sendo que esses patrimônios são “valor” que estão subentendidos individualmente, pode estar correspondendo ao valor sentimental, religioso, científico, histórico e cultural, todavia está na concepção social. Segundo Souza (2021, p. 78), afirma que “O patrimônio cultural, definido através dos bens materiais e imateriais que cada comunidade define como relevante e digno de ser lembrado tem relação com as memórias, identidades e noções de pertencimento hegemônicas”. Benhamou (2016, p.19) acrescenta que “o patrimônio material só tem valor em razão do valor imaterial”. No caso das mulheres que desejam trabalhar com a infusão de chás para comunidade, estas precisam entender que, o valor imaterial para elas é maior, pois as mesmas já conhecem a importância desse bem para si.

Os patrimônios Imateriais segundo IPHAN (2000) são:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Sendo os chás um bem de natureza material e o saber fazer um bem imaterial, temos uma completa receita para esse patrimônio ser de uma grandiosidade para a cultura do país, cidade e pessoas. O saber fazer destas benzedadeiras usando ervas e chás precisam ser valorizadas de forma a acrescentar renda e valorização para as mesmas.

A valorização do Patrimônio Cultural Imaterial nesse contexto da economia do patrimônio estabelece uma relação de preservação/ valorização, ambos com o “olhar para renda”, com ambiguidade no valor e no preço. Com a fonte de conhecimento na educação econômica do patrimônio cultural, surgem algumas maneiras de expandir possibilidades nos “bens comuns”, que serão utilitários para os indivíduos e suas comunidades. Nesse processo de “bens culturais”, como as ervas e a infusão de chás nas práticas de curas e benzeduras, as mulheres e seus saberes, que são transmitidos pelas suas ancestrais, tornam -se protagonista da comunidade que vivem.

No decorrer dos estudos e pesquisas, a ciência acadêmica vem “bebendo” das fontes do conhecimento popular e nas experiências empíricas das mulheres e seus saberes milenares com as memórias e as histórias orais das mesmas pelas suas antepassadas. Ao perpassar os conhecimentos, as práticas, os aprendizados, o enriquecimento cultural do patrimônio imaterial, desde modo a ciência/população, cria uma cadeia de identidade e empoderamento local.

A prática de utilização das ervas na infusão de chá caracteriza o seu uso a milhares de anos, principalmente em países da Ásia e Oriente Médio. A população destes países considera a prática de “beber o chá” um ritual sagrado, sendo “eficaz” para os males do corpo e da alma. Sendo compreendido que os ensinamentos nesses pais, elenca a importância à saúde, em primordial viver em harmonia com o corpo e a alma. Encontramos em pesquisas que o Brasil teve a influência dos povos originários no atabular as ervas e os chás, assim usufruindo dos benefícios da bebida.

As ervas medicinais nativas de origem vegetal têm a nomenclatura nos estudos da ciência acadêmica como Fitoterapia, estão presentes em todo canto das localidades, lares, laboratórios e têm como principal função aqueles que são determinados pelos princípios ativos químicos encontrados nas plantas, que atuam como medicinais no organismo. O consumo do chá no Brasil está correlacionado com a prática curativa. No Brasil, 20% da população consome 63% dos medicamentos alopáticos. O restante encontra nos produtos de origem natural, especialmente as plantas, uma fonte alternativa de medicação (Marinho et al., 2007).

Com essa prática da medicina popular relacionada ao uso das ervas medicinais, coloca em evidencia os diferentes saberes construídos ao longo do tempo, saberes exercidos, neste caso, pelas mulheres chamadas de “benzedeiros”, pois utilizam das suas vivências, para curar um mal. Esse ritual torna-se sagrado entre as praticantes, levando as energias de gerações à gerações como o "saber da cura". Com esse conhecimento, as mulheres passam um aprendizado as outras com o uso das ervas para cura. Consideramos então as ervas como um bem material e o conhecimento, bem imaterial. Não conseguimos desconectar um do outro.

As mulheres, neste caso, podemos considerar como bens únicos, pois corre-se o risco de perder seu conhecimento se não passado para outra geração. Benhamou (2016, p.30) coloca que “no caso de bens únicos, a não preservação constitui em uma perda irreversível.” Sim, na colocação dele é um bem material, mas nas questões dos chás, essa perda também é plausível de acontecer. Em algumas épocas podem ser escassas

as quantidades de mudas destes, uma seca pode matar, ou ainda qualquer sinistro da natureza.

Então esse patrimônio material das ervas em conjunto com patrimônio imaterial do conhecimento deve ser transmitido para gerações posteriores. O foco das mulheres benzedeadas na verdade, não é o lucro e sim a cura que a pessoa foi buscar. Porém em caso de patentear um *mix* de chá para fazer a venda, seria de grande valia para aumento de renda.

No caso de pensar economicamente no *mix* de chá, Valiati (2009, p.50) coloca que “A economia, em um sentido mais amplo, estuda a forma pela qual os indivíduos tomam suas decisões e a sociedade se organiza em relação ao produto econômico gerado a partir das opções assumidas”. A opção seria o *mix*, para isso as benzedeadas precisam investir inicialmente nas questões de embalagens para o chá, tudo isso, sendo consumido pelo público em geral.

Portanto, o pensar no produto de base, os chás, é um desafio que as benzedeadas devem assumir, pois seu público está em busca de uma “cura” para tal mal que o deixa em momentos difíceis. Esse produto não é apenas uma mistura de ervas, leva também o conhecimento “saber da cura” de como preparar para obter resultados agradáveis para a população em geral.

Associação de economia/ patrimônio cultural, sendo no âmbito imaterial ou material é primordial para o desenvolvimento dos locais e empoderamento da identidade cultural da comunidade. A conexão entre o patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico com o turismo, e nesse contexto com as práticas de infusão dos chás e o conhecimento das benzedeadas, são considerados como patrimônio imaterial, pois são de suma importância para a comunidade, gerando o empoderamento de identidade e ao mesmo tempo, tanto recursos para quem estás práticas de ensinamentos das gerações passadas, sejam de conhecimentos de todos.

Esses processos tornam-se enriquecedores a partir dos novos conceitos e com a visão contemporânea de utilizar-se de novas formas de desenvolvimento econômico para as comunidades, sendo uma “chave” para abrir novas portas e possibilidades de “renda” para os envolvidos nos processos de práticas milenar das ervas e infusão de chá, envolvendo as mulheres benzedeadas e curandeadas da comunidade, destacando-se que o patrimônio consiste num conjunto de bens culturais e passa ser uma construção social de extrema importância política.

### 3.1 As vozes ecoam: mulheres sábias

Constituindo no processo histórico as mulheres e suas representatividades de subalternidades, ora silenciada, ora caladas e na maior parte do tempo, não ouvidas nos seus anseios, necessidades e potenciais, sendo ignorada por serem mulheres. Como argumenta Spivak (2010, p. 126): “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais”. Quando mencionado as mulheres com seus “dons” de benzer, de curar através de ervas, em alguns momentos da história essas práticas das “mulheres sábias” foram consideradas atos destemperados, que a “naturalidade” na sua inferioridade foi aceita por parte da sociedade machista e preconceituosa. Como expõe Telles (2009, p. 403):

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos de alteridade, do misterioso e intransigente outro, confrontado com veneração e temor. O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela é mediadora entre o artista e o desconhecido, instruindo-o em degradação ou exalando pureza. É musa ou criatura, nunca criadora. Esse discurso é ouvido por algumas vozes do patriarcal e do conservadorismo na sociedade, que insiste na visão de "Eva a pegadora" e conseqüentemente as mulheres suas seguidoras.

O discurso do elo do gênero feminino com o “pecado” de Eva tem sido mencionado ao longo do tempo por algumas instituições da sociedade, que insistem qualificar a imagem das mesmas como algo avassalador, tornando esses “atos” de amedrontamento para elas.

Com a evolução dos direitos das mulheres através dos movimentos sociais e principalmente com as pioneiras do “feminismo”, que criaram no decorrer das manifestações as conhecidas “ondas”, ecoavam suas vozes contra esmagadora opressão machista e os preconceitos de subordinação que a Igreja insistia exaltar para a sociedade. Doravante das lutas de direitos das mulheres começam ampliar suas conquistas e resgatar seus espaços até então usurpados. A liberdade de serem mulheres e decidirem “como quiserem ser”, sem amarras, abre um leque de possibilidades e principalmente nas práticas das benzedeadas, das curandeiras e a manipulação de ervas/chás nas suas práticas.

A identidade dos saberes populares na construção social como forma de “cura os males do corpo e da alma”, como fato dinâmico ao longo do tempo, que foram fixados e durabilidades na memória coletiva das mulheres, não apenas em um estreito “mundo”,

mas em vasto “universos” de práticas e saberes, tornando-se uma forma de identidade coletiva. Como refere-se Prats:

[..] pueden coexistir y de hecho coexisten nonnalmente distintas versiones de una misma identidad. que habitualmente se articulan en relaciones de complementariedad u oposición, aunque también puede suceder que se ignoren. No sé si es preciso aclarar también que entiendo que toda versión de una identidad. se exprese como se exprese. es ideológica. en el sentido que responde a unas ideas y unos valores previos. normalmente subsidiarios de unos determinados intereses, o. si una formulación tan mecanicista resulta molesta al lector, que se establece por lo menos en cualquier versión de la identidad una relación dialéctica entre la realidad. las ideas y los valores. y los intereses de quienes la propugnan y la comparten. )1998, p. 121)

Desde agora as práticas começam a dar um rumo diferente das condições sociais, políticas e econômicas para as mulheres, no reconhecimento da identidade feminina como protagonista do tempo histórico, que até tinha sido “negado” pela sociedade.

A história de luta das mulheres pelo reconhecimento de suas intelectualidades, habilidades e competências na sua forma de estar presente no mundo e principalmente nas questões de saberes das ancestralidades, tem sido abertas as portas dos “porões” da sociedade sexista e retrograda. Com os movimentos feministas foram construindo e desconstruindo conceitos reacionários, que não condiz mais com a época, com as pesquisas, com os estudos, conhecimentos adquiridos e nas práticas do cotidiano da comunidade atual. Conforme destaca o pensamento Del Priore (2009, p. 669): No século XX elas ganham visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhes são diretamente dirigidas, dos números com que são recenseados.

Desta forma as mulheres vão galgando as barreiras do som, eclosão suas vozes, que de modo estavam aprisionadas no casulo da ignorância social, política e econômica da população.

### **3.2 A escrita como símbolo de representatividade das vozes: prática das mulheres são-pedrenses.**

Um dos instrumentos utilizado como apoio na pesquisa, foi a elaboração de um questionamento, denominado Registro de Intervenção, oferecido para as mulheres que participam das atividades desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Nesse local as mulheres participam com várias atividades

voltadas para orientações técnicas sobre práticas agrícolas, manejo do solo, cultivo de plantas, criação de animais, gestão da propriedade rural, além de programas de incentivo à agricultura familiar e outros.

A aplicação do registro de intervenção na EMATER, tem o intuito de entender melhor a dinâmica desenvolvida pelas mulheres, nas suas práticas com a manipulação e uso de plantas medicinais e o ato de benzer e de curar na comunidade que vivem, sendo disponibilizados as mesmas o instrumento de pesquisa para responde-los em locais de suas preferencias, seus lares ou trabalho. O material foi elaborado com 18 indagações, sendo algumas questões de múltiplas escolhas e outras dissertativas. As participantes responderam os tópicos que abordam as ervas, a infusão de chás e as práticas de benzer e curar. Sendo o registro da intervenção uma das formas de perguntar e formular informações, como menciona Freire (1985):

Um dos pontos de partida para a formação de um educador ou de uma educadora, numa perspectiva libertadora, democrática, seria essa coisa aparentemente tão simples: O que é perguntar? [...] insistamos, porém, que o centro da questão não está em fazer com a pergunta o que é perguntar? Um jogo intelectual, mas viver a pergunta, viver a indagação, viver a curiosidade.... (FREIRE, 1985, p.47-48)

O instrumento denominado registro de intervenção foram ofertadas as mulheres, com o entendimento de interpretar as experiencias empíricas das mulheres que compõem as atividades da Emater com seus saberes naturais. Assim oportunizando o conhecimento de vida de cada uma das mulheres e com suas próprias histórias.

Sendo assim, Freire afirma (2011, p. 79):

[...] a subjetividade tem que ser mobilizada [...] [visto] que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção. [...] estas formas, nas suas visões de fundo, vão destacando percebidos e voltando sua reflexão sobre eles. [...] O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer percebido, se destaca e assume o caráter de problemas, portanto, de desafios.

Esses registros de perguntadas e respostas, não foi publicado na pesquisa com as identidades das mulheres e suas respostas na integra, sendo uma das formas de preservar os seus direitos e suas privacidades pessoais. Adesão das participações voluntarias de 11 mulheres, com idades distintas, entre 19 anos a 90 anos. No cotidiano utilizam as práticas de manuseando das ervas em prol do “bem comum”, usufruindo os

benefícios que as plantas medicinais oferecem na cura do corpo e da alma da comunidade em que residem. Na Declaração de Alma-Ata, em 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem expressado a sua posição a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário, levando em conta que 80% da população mundial utiliza plantas ou derivados no que se refere à atenção primária de saúde (BRASIL, 2015).

A partir da leitura do registro de intervenção, verifica-se que frequentemente utilizam as ervas medicinais e destacam algumas como: erva cidreira, hortelã, manjeriço, alecrim, camomila, calêndula, boldo, carvalhinho, cipó de mil homens, anis, dente de leão, cidro, alcachofra, carqueja, picão preto, babosa, confrei, eucalipto, citronela, arruda, cardamomo, canela, lavanda, pata de vaca, traçagem, as oito primeiras são as mais citadas por todas. Quando é mencionado os “saberes naturais” como aprendizado das ancestrais, é uniforme a ideia da história oral e das memórias afetivas. Assim o conhecimento das plantas é aplicado em diversas formas e manipulações como banhos, emplastos, tinturas, pomadas, diurético, principalmente na enfermidade física, espiritual ou nas necessidades energéticas. Segundo Correa Junior (1991): a busca e o uso de plantas com propriedades terapêuticas são uma atividade que vem de geração a geração, descritos com o intuito de manter essa tradição milenar e atestada em vários tratados de fitoterapia.

A perpetuação da oralidade do saber das propriedades e das funções das plantas medicinais têm sido mantidos viva” entre elas. Com suas experiências do cotidiano, as mulheres observam que aplicações das plantas medicinais nas moléstias do corpo e da alma, respondem com bem-estar, com tranquilidade, diminuindo os períodos de ansiedade, melhor digestão estomacal, regulação dos intestinos e anti-inflamatório dando alívios aos sintomas de dores com menos.

Em 2006, a Portaria no 971, de 03 de maio de 2006, do Ministério da Saúde (MS) aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), que propôs a implementação de ações e serviços relativos a Plantas Medicinais e Fitoterapia pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com ênfase na Atenção Básica (BRASIL, 2006b). Todo esse processo é empregado de acordo com as necessidades de cada indivíduo. Entende-se que é relevante para essas mulheres, que auxiliam das enfermidades com a manipulação das suas ervas e a compreensão da valorização dos aprendizados de suas ancestrais que envolvem as plantas fitoterápicas e também o conhecimento técnico

científico, transmitido pela Emater ou outros órgãos que ensinam sobre as plantas fitoterápicas.

Quando foi abordado a elas sobre a cura e o ato de benzer no processo de “ajudam” nas suas comunidades, não se titulam curandeiras ou benzedeadas. Deixam claro que essas ações são diferentes, todavia as manifestações de curandeirismo, ato de benzer e a utilização das ervas e com a infusão de chá, são práticas populares. Essas não são vinculadas a nenhuma classe social ou uma religião específica, mas sim a uma religiosidade de fé em “algo” ou “alguém” de cunho Divino. Sendo visto por Campbell; Moyers: “Um deus é a personificação de um poder motivador ou de um sistema de valores que funciona para a vida humana e para o universo” (1990, p. 24) A partir do processo de curar ou benzer compõem várias manifestações que estão constituídas de símbolos, signos, formas e códigos, que diferenciam os significados e sentidos, conforme suas vivências, experiências e pensamentos, ou seja, pertencem a cada indivíduo como sua identidade cultural.

A abordagem que se refere ao “dom” de trabalhar com as plantas medicinais, a maioria das respostas foram positivas, há uma habilidade que pode estar associada a vários fatores, deste a oralidade das ancestrais; a energia; a crença na natureza; o gostar de trabalhar com as ervas e principalmente a maneira adequada de obter o processo correto como colheita, secagem, infusão, tempo e consumo das mesmas. Reforçando que o “dom” compartilha com o trabalho de qualidade e dedicação. Que nessa atividade de habilidade com as ervas, tem as mulheres como predominante mais do que os homens do sexo masculino, pois “ouvem” os ensinamentos das ancestrais, são sensíveis e delicadas, tem energia do empoderamento feminino. Esses ensinamentos de oralidade não são estáticos, fluem, ressignificam, recriam e mudam conforme o tempo, espaço e questões locais, construindo em si a identidade. Todavia, permanecem os saberes na essência de benzeção ao outro com os saberes das plantas medicinais. Como menciona Seyferth (2010, p. 105): A identidade de cada local não é coisa fixa, “[...], mas representações e construções da realidade, fenômenos subjetivos mais do que objetivos”. Afirma também que a identidade de cada local se forma a partir da memória, na qual a lembrança é fundamental para se entender os valores que informam aquele local. As transformações que correspondem aos símbolos e signos que tem para cada povo o seu “DNA”, ou seja, cada povoamento, elabora e interpreta o manuseio das plantas medicinais nas vivências dos seus costumes e seus hábitos culturais. A partir desta ideia de observar os diversos “tipos” de saberes naturais, as mulheres sábias de



São Pedro, no meio rural e urbano, lançam-se nas práticas de aliviar as dores do corpo e da alma das suas comunidades. Interpretando o instrumento de trabalho da pesquisa, os questionários, traz a ideia que as mesmas atendem frequentemente e tem como público alvo: crianças, idosos, produtoras rurais e outros, que condiz várias enfermidades, que foram nomeadas com problema de bexiga, dores nas articulações, intoxicação, alergias dor de barriga, dor de cabeça e vermes. O interessante na leitura da intervenção, foi mencionado as mulheres sábias são solicitadas para identificar plantas medicinais no tratamento de diversas enfermidades nos animais.

Descrito por elas que essas práticas são formas de perpetuar seus antepassados e a ancestralidade, compõem a dimensão da fé com as alternativas de cura fitoterápica com a essência das plantas medicinais. A possibilidade de “curar” os seres vivos é de grande relevância para as mulheres que vivem nessas comunidades, tornando-se valores culturais da aculturação de vários povos, todavia sendo fortemente essas práticas dos povos originários do Brasil.

### **3.3 O conhecimento das mulheres como patrimônio atemporal**

As indagações e problematizações sobre o saber e fazer das mulheres em sua multiplicidade, sua representatividade, memórias, artefatos e outras manifestações culturais envolve a ideia do diálogo a seguir. Assim como a história das mulheres envolve as concepções teóricas, a abordagem do patrimônio em feminino também requer um aprofundamento sobre o campo de análise. Isso porque, ao pontuaro termo “patrimônio em feminino”, utiliza-se como referência teórica para essa análise a contribuição da memória de mulheres em âmbitos culturais, com os museus, espaços culturais, bens imateriais, saber e fazer feminino. Levando em conta as discussões a respeito do patrimônio em feminino, este ainda é um conceito recente e se postula a abordar a superação das desigualdades culturais e de gênero na análise do patrimônio histórico-cultural.

Nas palavras de Gonçalves (2009, p.25) ‘patrimônio’ está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários, referimo-nos ao patrimônio econômico de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo, usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos,

genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil

Ainda analisando as concepções femininas e patrimônios, tem-se no catálogo sobre Mulheres e Patrimônio/ Ibermuseu (2016, p.07) relatado a importância de problematizar a história das mulheres e suas memórias no campo do patrimônio cultural. Segundo Bonanchea (2016, p. 7-8)

Recuperar la memoria delas mujeres nos permite conocer una historia de desigualdad, de imposición de cánones patriarcales y de roles de género que, perpetuados durante siglos, nos llevan a un presente en el que aún permanecen sedimentos de discriminación que en ocasiones se manifiestan en la violencia contra las mujeres.[...]Y dentro de esos instrumentos, la cultura tiene también su pequeña parcela: la de realizar actividades que fomenten la igualdad y la equidad de género al desarrollar proyectos que permitan dar visibilidad a las mujeres en la historia, las artes o la literatura.

Para compreender a história das mulheres, utiliza-se as análises de Michele Perrot (1998, p. 210), a qual argumenta que “escrever história exige ter fontes, sejam documentais ou não, mas até isso dificulta quando se trata da história das mulheres, sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos e, seus arquivos destruídos”. Para a autora, essa invisibilização historiográfica foi enfatizada pela ausência feminina nas fontes que constituíam o objeto material da pesquisa histórica: o documento.

Para substanciar a análise utiliza-se também as abordagens de Garrido & Gomez (2016, p. 79), as quais destacam em seu estudo que:

[...] o ‘patrimonio en Femenino’ se constituía claramente como un proyecto de investigación referente a “los museos que interpretan sus colecciones en clave de género, pero no sólo eso, sino también como un proyecto que apuesta por la innovación tecnológica y, específicamente, por la inclusión digital del género desde diferentes puntos de visto

Nota-se que a abordagem sobre “patrimonio enfemenino” nos aponta para a inclusão das abordagens sobre a contribuição, representações, objetos, coleções femininas imersas no universo cultural. Isso também nos faz analisar as ações e saberes, que podem ser interpretados, ressignificados, com uma rede de concepções que trazem a importância das memórias femininas, das representações culturais, impulsionando, assim, que se ensine história por outro prisma, envolvendo as contribuições das mulheres em espaços históricos, em edificações, em museus, em exposições, em que se pontue a questão da história das mulheres e o patrimônio em âmbito diferencial para as análises históricas. Soihet & Pedro (2007) apresentam a

trajetória da formação do campo historiográfico intitulado História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil.

Para tal, analisam as contribuições históricas para a pesquisa. Inserem algumas concepções sobre as demarcações teóricas e metodológicas sobre a história das mulheres e as relações de gênero. As autoras salientam que “a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se as diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista” (SOIHET; PEDRO, 2007, p.282)

Nesse sentido, ao particularizar a contribuição feminina, no que se estuda na história pretende-se superar a ‘generalização’ acerca do estudo do patrimônio. Isso porque, se coloca

[...] enm evidencia la organización de la sociedad em contextos específicos e históricos problematizando los mandatos atribuidos a los sujetos envirtud de sus condiciones sexo-genéricas y destacando la excepcionalidad cuando ésta emerge” (GARRIDO, GÓMES, 2016, p. 81)

Rechena (2011) dialoga sobre o feminino e o campo do patrimônio museal, argumentando que são vários espaços de silenciamento, de simbologia, de fundamentação do “olhar” histórico, o que também pode ser entendido como um ato de justiça e “um passo em frente na construção de uma sociedade mais justa, que aplica os conceitos de igualdade de gênero, de inclusão social e de democracia participativa”.

Em outras palavras, a museologia de gênero contribui para uma dimensão que valoriza a equidade social, dando visibilidade às mulheres e às suas realizações. Mesmo que em muitos momentos de silenciamento e de exclusão na escrita da história é notório a participação das mulheres na construção da sociedade e na valorização do patrimônio como bem histórico cultural. É preciso valorizar a participação das mulheres como instrumento de emancipação social para que através disso se constituam novas possibilidades de crescimento e de liberdade.

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material.

A construção da história como instrumento de valorização da cultura e dos diferentes tipos de patrimônio deve ser valorizada e é importante mencionar a

participação das mulheres na construção dessa história que é contada em diferentes gerações. As mulheres são grandes responsáveis por construir socialmente condições de vida melhores para todos e de criar estratégias de sobrevivência. Por fim, o conhecimento da história do passado e da preservação do patrimônio cultural é de extrema importância para que atualmente e futuramente sempre se tenha do que lembrar.

Os pensadores que apoiam o cenário de mudanças, destacam a relevância da história das mentalidades, na explanação da história da humanidade, passando ser “instrumento” de apoio ao conhecimento em outros campos da ciência. Para Jacques Le Goff, na história a mentalidade vai além, e assim vai ao encontro de outras ciências humanas. A partir da transformação na visão “moderna”, enxerga-se na História da Mentalidade, o início da ruptura com a explicação conservadora e patriarcal, da imperceptível participação das mulheres nas fontes históricas do Brasil e do mundo, como protagonista e não como coadjuvante.

Sendo afirmado no pensamento de Dias: “O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de status e de renda. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos.” (DIAS, 2007, p. 128). As mulheres socialmente foram invisíveis nas suas participações e contribuições no desenvolvimento sociocultural e econômico na vida rural. Nesse fenômeno de esquecimento, as mesmas, não são reconhecidas no seu labor, nas atividades agrícolas, nos costumes, nas tradições e nos valores, ficando às margens da sociedade. A interpretação desse pensamento está registrada por Elisabeth Maria Cardoso, da ONG Articulação Nacional de Agroecologia:

“No campo, a agricultura, que é a atividade produtiva, se confunde com a doméstica. E a mulher não é reconhecida pelo trabalho produtivo, é como se não fizesse nada. Ao se ausentar, a mulher deve conseguir adiantar as obrigações do lar ou ter quem a substitua. É um preconceito muito grande. Mesmo com as outras mulheres acham estranho se a vizinha começa a sair demais. As companheiras começam a falar mal, a dizer que está enganando o marido”. (p 01, 2014).

O desenvolvimento dos estudos acadêmicos e o apoio e o fortalecimento dos movimentos feministas tem contribuindo para desmistificar a figura da mulher vinculada ao “dom” da maternidade. Desconstruindo na sociedade patriarcal e conservação à

valorização das mulheres através do aprendizado, na qualificação do trabalho no campo.

Para Saffioti 2013:

“Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhavam nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental. (2013, p. 32).

As mudanças vão se acelerando ao longo dos tempos e a humanidade procura se edifica com novas ideias, novos pensamentos e novos conceitos na tentativa de construir novas teorias de convívio civilizado. Esse processo é primordial nas questões da participação ativa da sociedade das mulheres no decorrer da história.

### **3.4 Saberes populares: práticas milenares**

Os saberes das mulheres acerca dos benzimentos, curandeiras e infusão de ervas eram adquiridas através das gerações de outras mulheres e, justamente por isso eram saberes únicos das mulheres e não transmitidos aos homens. Através disso, construímos a ideia de que a existência das mulheres vem sendo de extrema relevância para a preservação das memórias e da construção da história desde a ancestralidade. Foram através das infusões de chás e ervas e dos rituais sagrados que muitas pessoas vieram e se constituíram no mundo e com o mundo.

Através da história e da memória é que se torna possível construir um presente e um futuro, uma vez que para ter para onde ir é necessário ter para onde voltar e daí surge a necessidade da preservação do patrimônio imaterial contido nas memórias construídas através da vivência de cada sujeito que se propõe a viver de acordo com suas aspirações e convicções.

A ocupação das sociedades humanas com aquilo que teria ocorrido no seu passado tem seguido duas linhas de perscrutação: uma com base na história; a outra com base na memória. Quando se trata de populações extensas e desenvolvidas, a investigação da história por suas instituições acadêmicas tem constituído a orientação hegemônica. O cultivo da memória, por seu turno, tem sido o principal – quando não o único – recurso empregado por conjuntos populacionais mais restritos e menos desenvolvidos, às vezes chamados de “povos sem história”.

A história e a memória não são, entretanto, duas formas de acesso ou de relação com o passado imediatamente comparáveis. A história é uma prática científica, restrita a especialistas e conduzida segundo regras institucionalizadas, enquanto a memória constitui uma prática social exercida por todos e quaisquer membros de uma dada sociedade humana. Nesse sentido, os produtos da história acerca do passado não guardam uma necessária correspondência com as memórias do mesmo passado, e vice-versa. Por um lado, a prática da história de registro e análise dos fatos frequentemente não encontra na espontaneidade e na versatilidade da memória relatos que ela possa tomar como dados fidedignos sobre o passado. Por outro lado, os relatos da memória comumente não se balizam pelos fatos históricos estabelecidos pela história, porque estes com frequência escapam – ou não suscitam interesse – à consideração dos produtores e cultores da memória.

Não obstante, nessa consideração conjunta do passado histórico e da memória do passado persiste uma distinção que se revela problemática para alguns esforços contemporâneos de aproximação ou articulação conceitual. Em poucas palavras: a história é única; as memórias são múltiplas.

A proposição de que a história é única remete à noção de verdade histórica. Nesse sentido, o ocorrido no passado não encontra na disciplina da história a possibilidade de contemplar eventos radicalmente distintos – por exemplo, a ocorrência de uma revolução ou de um golpe de Estado –, admitindo-se apenas que o fato histórico seja interpretado de diferentes formas quanto aos desencadeantes remotos e imediatos, aos rumos tomados, às consequências produzidas, etc. Os diversos papéis que as mulheres exerceram e exercerão na sociedade, tem suas ações na memória e participação efetiva na ação, são ainda vistos como “espaços feminino”, aqui podem ser correspondidos, aos saberes populares. As habilidades ou competências pela diferença sexual, ou seja, pelo sexo biológico tem sido reforçado ao longo dos séculos, e principalmente quando determina o “dom de cura”, os homens os magos e as mulheres marginalizadas como as bruxas. Consideradas pela ciência médica praticadas apenas pelos homens, como suas “rivais e inimigas”, pois praticavam a medicina populares, utilizando o que a natureza oferecia.

“Elas empregam todos os recursos de uma farmacopeia multissecular, conhecem mil maneiras de aliviar os pequenos males cotidianos que tantas vezes desarmam a medicina douta. (Perrot, p.220)

Essas tais atitudes corroboraram para que houve uma resistência cega de “aceitar” as práticas das mulheres como impuras ou imorais, que reforçava os imaginários implantado no fim do período medieval e começo da idade moderna do “pacto demoníaca” das mulheres.

### **3.5 Saberes naturais: as ervas e a infusão de chás**

O conhecimento do homem sobre as propriedades medicinais das plantas misturou-se com sua própria gênese, uma vez que surgiu da tentativa do ser humano de suprir suas necessidades por meio dos acasos, experiências e observações. De acordo com Di Stasi (1996) o homem primitivo dependia da natureza como meio de sobrevivência e utilizava, sobretudo, as ervas medicinais para curar suas moléstias. Dando início a uma longa trajetória de manuseio, adaptação e transformação dos recursos naturais para seu próprio benefício.

A utilização adequada das plantas com valores medicinais pode ocasionar uma série de benefícios à saúde, auxiliando na recuperação de diversas doenças. Portanto, a cura pelas ervas é uma tradição que perpassa gerações. É necessário que seus praticantes tenham para com esta arte grande responsabilidade e respeito, uma vez que a falta de entendimento sobre as mesmas e seu mau uso pode acarretar intoxicação e, em caso extremo, a morte.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parcela da população em desenvolvimento depende da medicina tradicional para prover suas carências elementares, sendo que 80% desta população utiliza práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde e 85% utiliza plantas ou preparações destas (BRASIL, 2007).

Partindo deste pressuposto, nota-se que mesmo com os avanços científicos e tecnológicos existentes na atualidade, esta prática milenar ainda permanece se reproduzindo, pois, de certa maneira, responde às expectativas da população. Mas, apesar de o homem fazer uso de ervas medicinais há milhares de anos e muitas delas serem conhecidas globalmente, ainda há uma enorme quantidade das quais pouco se sabe a respeito dos seus poderes curativos (Silveira e Ramires, 2010).

De acordo com os dados da OMS (1979), plantas medicinais são todas as plantas que contêm, em um ou mais de seus órgãos, substâncias que podem ser usadas com propósitos terapêuticos ou que sejam precursoras de semi-síntese químico farmacêutica.

Ainda nesse sentido, Di Stasi (1996) salienta que o termo “plantas medicinais” está relacionado, única e exclusivamente, às espécies vegetais, cultivadas ou não, que foram incorporadas ao longo dos tempos à cultura dos diferentes povos, devido suas potencialidades terapêuticas.

A utilização da natureza no tratamento de enfermidades baseando-se no saber popular é um dos costumes mais antigos da civilização humana. Ele remete às tribos primitivas, onde as mulheres eram responsáveis por extrair das plantas seu princípio ativo para utilizá-lo na cura de doenças. Na proporção que estas comunidades adquiriam maior habilidade em suprir suas necessidades de sobrevivência, foram sendo estabelecidos papéis específicos para cada membro da mesma, a começar pelo curandeiro. Este desenvolvia várias substâncias secretas, das quais só eram reveladas seletivamente as pessoas mais bem preparadas (França et al., 2008).

A prática da medicina popular no Brasil relacionada ao uso de ervas medicinais, coloca em evidência os diferentes saberes construídos ao longo do tempo, em várias partes do planeta durante a história. Saberes estes, exercidos por leigos que utilizavam seus conhecimentos empíricos, através de suas vivências, para a cura de algum mal. E os mesmos eram transmitidos aos seus descendentes de forma oral.

De acordo com Bragança (1996), as populações indígenas pré-existentes no território brasileiro possuíam uma concepção mística do princípio de todas as doenças. Tinham fé em causas sobrenaturais e relacionavam os rituais de magia e o tratamento das enfermidades ao uso das plantas, saberes esses, que eram transmitidos entre as gerações. O indígena não conhecia somente os locais onde se encontrava o ouro e o pau-brasil, mas também era detentor de saberes relacionados a vida e a morte, tais como, as frutas que poderiam ser consumidas, o que fazer quanto a picada de cobra, quais remédios tomar contra os sintomas da febre - à vez letal - causada por uma simples picada de mosquito, dentre outros (Sousa, 1971, p. 209).

Deste modo, conclui-se que o uso de ervas medicinais na cura de várias enfermidades no Brasil foi consequência de um longo processo de aculturação, pois está relacionado às culturas do índio, do negro e do europeu.



## 4 A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO SABER NATURAL PARA A EDUCAÇÃO.

### 4.1 A ancestralidade como instrumento de sabedoria

O dicionário online tem definido como a ancestralidade: substantivo feminino. Particularidade ou estado do que é ancestral (que se refere aos antepassados ou antecessores). O que se recebeu das gerações anteriores; hereditariedade. Etimologia (origem da palavra **ancestralidade**). Ancestral + (i) dade que pode ser esclarecedor quando mencionado a ancestralidade dos saberes, nas narrativas “amorosas” de memórias que ultrapassam as gerações, com a relevância na pesquisa as ancestralidades femininas.

A partir da concepção deste conceito de ancestralidade, tem-se a interligação com a identidade e a origem do ser humano, com seus significados culturais e religiosidades, com sentido na conexão com os nossos antepassados e a nossa herança. Que pode ser encontrado na literatura outras definições específicas com a questão do ponto genético, a descende biológica com a relação genética, todavia, está pesquisa tem uma abordagem da memória afetiva e a história oral com a ancestralidade dos saberes naturais das mulheres. Atemporalidade das culturas que relacionam as mulheres e suas “escolhas” com os aprendizados dos saberes naturais, descrevem que alguns períodos da história, foram consideradas as curandeiras (bem) e outros as bruxas (demonizadas).

Essas atitudes que levaram as mulheres com suas práticas das ervas e infusão de chás, das curas e das benzeduras, estarem em uma linha tênue da vida e da morte, na medida que a sociedade interpretava com positiva ou negativa os procedimentos aplicados pelas mesmas. Como afirma Eliade afirma:

As imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psiqué; eles respondem a uma necessidade e preenchem uma função: põr a nu as mais secretas modalidades do ser. Por conseguinte, o seu estudo permite-nos conhecer melhor o homem, “o homem sem mais”, aquele que ainda não transgiu com as condições da história (1952, p. 3).

Sendo esses símbolos e signos ligados a evolução dos seres humanos, pois na contemporaneidade encontra-se novas formas de compreender o papel das mulheres nos aprendizados e a conexão com a natureza e seus benefícios para a humanidade. Os créditos em relação aos conhecimentos das mulheres brasileiras na utilização dos

recursos da natureza, como fonte de benefício ou não na saúde humana, vem basicamente dos antepassados do meio rural. Com descreve Dias (2012):

[...] elas participam de várias atividades na agricultura, artesanato, trabalho doméstico, cultivo de plantas, tanto para sua subsistência quanto para fins medicinais. Portanto, desempenham papéis significativos na prevenção e tratamento de doenças das pessoas locais.

Mantendo a herança cultural com a história oral nos diferentes ensinamentos no cultivo e na manipulação das plantas medicinais, diversificando essas práticas a benzeduras e a cura, acumulando ao longo dos anos os saberes adquiridos através da ancestralidade. Compreendendo que a partir dos usos “alternativos da medicina” pelas mulheres, tem-se um conjunto de saberes práticos que resultam da história da relação natureza, sociedade e o sagrado feminino, com o cultivo, preservação, manipulação das plantas medicinais.

A construção e a transmissão dos saberes “tradicionais” da manipulação das ervas, da benzeduras e as curas realizadas pelas mulheres como processo de apropriação nos recursos oferecidos pela a natureza, traz vários símbolos e signos na valorização das memórias afetivas e no ouvir a história oral da ancestralidade como instrumento de “cuidado” aos recursos naturais, a sustentabilidade do planeta e acima de tudo a preservação da identidade do patrimônio cultural imaterial das “mulheres sabias”, procedimentos que enriquecem o contexto científico e educacional da população são-pedrense. Como destaca Nora

[...] é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] ela se alimenta de lembranças vagas telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras e projeções. [...]. A memória emerge de um grupo que ela une [...] (1993, p.9).

De suma importância a preservação da memória coletiva nas narrativas das mulheres para os demais participantes da comunidade, pois a partir destas memórias há uma continuidade cultural e afetivas de pertencimento da própria história como cidadão.

## 4.2 A Medicina e a (re)descoberta do saber natural da ancestralidade.

A história da medicina tem seus pontos relevante para humanidade, quando esse processo é reconhecido pelos indivíduos como a fonte da “vida”, ou seja, “ter o poder parar ou derrotar” os males do corpo humano. Nesse processo o estudo da medicina com experimentos dos homens através tratamentos, remédios e novas terapias, pelo qual havia uma mudança das condições do corpo adoentado, surgiam imensas possibilidades de “curas”. As descobertas na medicina curativa e paliativa foram deslumbrantes para os homens, entendendo e criando todas etapas dos remédios, mesmo assim em alguns períodos esse criador, não entendendo inteiramente sua existência civilizatório no mundo.

O desenvolvimento da medicina no século XIX, a junta medica direcionaram os estudos e as pesquisas para os clássicos da medicina, como fonte de documentos histórico para conhecer e ter informações das práticas e ações na prática do bem comum da população.

No Brasil especificamente com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e a implantação do ensino médico no país, o número de profissionais habilitados eram poucos. Quanto é descrito a pratica da medicina no Império, encontramos o conceito de pré-científica, não sendo considerada nesse período uma ciência de fato, mas sim um exercício da medicina rude e com os “profissionais” que não preocupavam com a pesquisa científica, mas nos experimentos na pratica e com outros agravantes, como a falta de recursos, de laboratórios, de matérias, de exames adequados e outros. Fernando Azevedo (1944) tem esse pensamento em relação aos desinteresses dos “médicos” na pratica da medicina científica, esse contexto brasileiro foi herdado dos portugueses, que estavam mais preocupados com as questões religiosas do que pelas atividades de estudos e pesquisas.

As descobertas e os estudos aprofundados sobre a visão da medicina e seus elementos: doença, tratamento, remédio e cura, vinham totalmente de outros pais. Essa ideia de Stepan

“Até o século XIX, portanto, a atividade científica no Brasil teria sido apenas esporádica, com a criação do Instituto no início do século XX sendo um marco por produzir conhecimento científico de forma constante, reunir e treinar cientistas e o primeiro que deu para o país reputação científica a nível internacional” (1976, p. 19).

O interesse pela medicina científica começa a ser percebida como necessária pela chamada crise da saúde, com a consequência do efeito do crescimento das desigualdades sociais, consideradas pelo avanço do capitalismo na sociedade. Os problemas graves de natureza sanitária, como doenças gravíssimas, que comportava um estudo aprofundado que o estudo da ciência oferecia.

Como menciona Lu na revista *Physis* no artigo *Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX*:

“Essa crise se torna particularmente aguda nas sociedades onde há desigualdade social profunda, como no continente latino americano, com a grande concentração de renda atual gerando problemas graves de natureza sanitária, tais como desnutrição, violência, doenças infectocontagiosas, crônico regenerativas, além do ressurgimento de velhas doenças que se acreditavam em fase de extinção, (...)”

Os dados alarmantes descritos em artigos e pesquisas com o fenômeno de natureza sanitária de péssimas condições humanas, reforça as questões escrito na história da medicina, que as populações geralmente mais vulnerável são as mais atingidas pelas doenças e necessitam de todos os recursos para o processo de cura. No Brasil a medicina científica do dia a dia foi considerada uma prática da população com maior renda economicamente e conseqüentemente com uma posição social elitizada. Todavia a população que estava na linha da pobreza e no meio rural, utilizava-se da “medicina alternativa”, devido ao fator econômico e aos costumes da oralidade dos saberes das suas ancestrais. As formulas dos remédios, dos calmantes, das pastas, das infusões de chás e outras receitas, provinham Mãe Terra. Essa era a protagonista da “cura”, exercendo através das mensagens da oralidade e das memórias afetivas a conexão com a ancestralidade, e O traquejo do ensinamento empírico da cultura dos benéficos e malefícios das ervas para população que necessitava da medicina não convencional.

#### **4.3 Saberes naturais rurais: ervas e infusão de chás**

O conhecimento do homem sobre as propriedades medicinais das plantas misturou-se com sua própria gênese, uma vez que surgiu da tentativa do ser humano de suprir suas necessidades por meio dos acasos, experiências e observações. De acordo com Di Stasi (1996) o homem primitivo dependia da natureza como meio de sobrevivência e utilizava, sobretudo, as ervas medicinais para curar suas moléstias.

Dando início a uma longa trajetória de manuseio, adaptação e transformação dos recursos naturais para seu próprio benefício.

A utilização adequada das plantas com valores medicinais pode ocasionar uma série de benefícios à saúde, auxiliando na recuperação de diversas doenças. Portanto, a cura pelas ervas é uma tradição que perpassa gerações. É necessário que seus praticantes tenham para com esta arte grande responsabilidade e respeito, uma vez que a falta de entendimento sobre as mesmas e seu mau uso pode acarretar intoxicação e, em caso extremo, a morte.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parcela da população em desenvolvimento depende da medicina tradicional para prover suas carências elementares, sendo que 80% desta população utiliza práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde e 85% utiliza plantas ou preparações destas (BRASIL, 2007).

Partindo deste pressuposto, nota-se que mesmo com os avanços científicos e tecnológicos existentes na atualidade, esta prática milenar ainda permanece se reproduzindo, pois, de certa maneira, responde às expectativas da população. Mas, apesar de o homem fazer uso de ervas medicinais há milhares de anos e muitas delas serem conhecidas globalmente, ainda há uma enorme quantidade das quais pouco se sabe a respeito dos seus poderes curativos (Silveira e Ramires, 2010).

De acordo com os dados da OMS (1979), plantas medicinais são todas as plantas que contêm, em um ou mais de seus órgãos, substâncias que podem ser usadas com propósitos terapêuticos ou que sejam precursoras de semi-síntese química farmacêutica. Ainda nesse sentido, Di Stasi (1996) salienta que o termo “plantas medicinais” está relacionado, única e exclusivamente, às espécies vegetais, cultivadas ou não, que foram incorporadas ao longo dos tempos à cultura dos diferentes povos, devido suas potencialidades terapêuticas.

A utilização da natureza no tratamento de enfermidades baseando-se no saber popular é um dos costumes mais antigos da civilização humana. Ele remete às tribos primitivas, onde as mulheres eram responsáveis por extrair das plantas seu princípio ativo para utilizá-lo na cura de doenças. Na proporção que estas comunidades adquiriam maior habilidade em suprir suas necessidades de sobrevivência, foram sendo estabelecidos papéis específicos para cada membro da mesma, a começar pelo curandeiro. Este desenvolvia várias substâncias secretas, das quais só eram reveladas seletivamente as pessoas mais bem preparadas (França et al., 2008).

A prática da medicina popular no Brasil relacionada ao uso de ervas medicinais, coloca em evidência os diferentes saberes construídos ao longo do tempo, em várias partes do planeta durante a história. Saberes estes, exercidos por leigos que utilizavam seus conhecimentos empíricos, através de suas vivências, para a cura de algum mal. E os mesmos eram transmitidos aos seus descendentes de forma oral.

De acordo com Bragança (1996), as populações indígenas pré-existentes no território brasileiro possuíam uma concepção mística do princípio de todas as doenças. Tinham fé em causas sobrenaturais e relacionavam os rituais de magia e o tratamento das enfermidades ao uso das plantas, saberes esses, que eram transmitidos entre as gerações. O indígena não conhecia somente os locais onde se encontrava o ouro e o pau-brasil, mas também era detentor de saberes relacionados a vida e a morte, tais como, as frutas que poderiam ser consumidas, o que fazer quanto a picada de cobra, quais remédios tomar contra os sintomas da febre - à vez letal - causada por uma simples picada de mosquito, dentre outros (Sousa, 1971, p. 209).

Através das pesquisas o uso de ervas medicinais na cura de várias enfermidades no Brasil foi consequência de um longo processo de aculturação, pois está relacionado às culturas do índio, do negro e do europeu.

O ser humano na sua evolução tem exercitado as práticas dos antepassados, em espaços pequenos com as práticas de cura com ervas e as práticas das benzeduras, incorporando nesses processos os rituais de limpeza, de energização e outros, mas que reforçam o objetivo da "cura" do corpo e da alma. Nesse contexto essas práticas não estão desvinculadas, pois são memórias afetivas, de experiências, de observações, de histórias orais, que se sucederam ao período da história e se sucederão com novas leituras, novos signos e novos símbolos, colocando-os no uso para o "bem ou para o 'mal" para humanidade atual.

#### **4.4 Práticas dos saberes: benzedeiras e curandeiras**

Desacelere o passo, vai encontrar muita boniteza nessa vida,  
a Terra é como uma mãe, ela nos acolhe sempre.

Aidil Araújo Lima

A vida das mulheres sempre foi ligada a essência da natureza, principalmente com as que vivem no meio rural que manipulam e utiliza-se das plantas medicinais.

Vincula-se as virtudes da natureza com as das mulheres que são cuidadosas, articuladas e sabias, pois, é assim a “Mãe Terra”, uma figura que acolhe e cura os males do corpo e da alma, a natureza- ervas medicinais / as mulheres - benzeduras e comitente a cura. Dar-se ao acúmulo na produção de conhecimento que as mulheres somam ao longo do tempo em diversas formas de manifestações culturais com as plantas medicinais, com a culinária, com os artesanatos, com as músicas, com os rituais, com as rezas e principalmente com o autocuidado com a sustentabilidade da natureza, são experiências individuais ou coletivas.

Como explica Garcia (2009, p. 12), “Até então a Terra, local onde crescem plantas e nasce a vida animal, liga-se simbolicamente ao corpo feminino de onde surge a vida”. Enraizando as mulheres as percepções da natureza com os fenômenos biológicos, sociais e culturais das suas vidas, associando a fertilidade, as energias e a vida e morte. Quando são mencionadas as formas alternativas de aliviar os males do corpo e da alma, as mulheres têm suas ações nas práticas de benzer e de curar. Definindo esse último como uma prática da medicina e da religiosidade popular, que atende as necessidades físicas e espiritual dos indivíduos. Como diz Loyola (1984), na definição de curandeiro: (...) o curandeiro é um tipo de oficial sagrado que penetra no mundo sobrenatural.

Esse processo torna-se místico que transporta como algo de merecimento, de fé e de incapacidade de entendimento à população que estereotiparam as mulheres de bruxas ou feiticeiras. Os processos de benzer e curar vem também fortemente relacionados as condições sociais de pobreza e da falta da medicina acadêmica na maioria das regiões de pequeno porte do interior do Brasil no decorrer das narrativas da história. Como o Michelet ressalta em seu livro a Feiticeira, que o médico do povo eram muitas vezes essas mulheres, que não detinham uma formação, mas que conheciam muitas ervas, e também em que cada uma podia ajudar essas pessoas nesse contexto (2003, p.13). Utilizando de seus aprendizados adquiridos pelas antepassadas que foram perseguidas e consideradas bruxas ou feiticeiras.

Com a evolução das ideias e pensamentos a concepção de benzedoras foram sendo “suavizada”, tornando -se uma mistura de rezadeira e seus atos de curar chamados de ‘simpatia’, que consiste para a população que procura esses procedimentos como mágico- religioso como bem defini Oliveira, Elda (1983) “consiste no processo mágico na qual o efeito era semelhante à causa que o produziu”. A ação do ritual de benzer ou de curar com a medicina alternativa é considerado por alguns autores como a aplicação da lei do semelhante, ou seja, o semelhante evoca e/ou age

sobre o semelhante, e particularmente cura o semelhante. (Monteiro, 1990: 28). Importante mencionar que essas práticas de fé atemporais, tem uma forte carga de “poder”, de energização e de significado simbólico para cura biológica como psíquica, assim como econômica, social e política, todas as classes sociais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação propôs-se identificar e analisar, as questões históricas que envolveram as mulheres e seus saberes naturais com a infusão de ervas/ chás e contraparte as práticas da benzedura e a cura.

Procurando desenvolver algumas reflexões sobre importância no âmbito educacional a valorização do Patrimônio Cultural Imaterial na comunidade escolar, os símbolos e os significados ou ora tanto ressignificados as palavras que ecoam na história oral, contribuindo na construção de um mantra de possibilidades na trajetória pessoal e profissional de cada um da comunidade que vivem.

As memórias afetivas das ancestrais compõem a identidade local, ao ouvir as vozes das mulheres em seus rituais nas práticas de sabedoria, o elo do pertencimento e do empoderamento fortalece e torna-se atemporal no espaço, no local, no pensamento e nos costumes.

A partir das análises bibliográficas, surgiram algumas reflexões sobre a dinâmica e significado das representações do discurso em relação ao contexto dado a medicina acadêmica e a medicina popular, em momentos distintos, tornaram-se interpretes no desenvolvimento da humanidade em processos evolutivos dos atendimentos terapêuticos, que surgiram no decorrer do tempo. Na “espera” da medicina acadêmica e dos profissionais especialistas, as grandes parcelas da sociedade ficaram “restritas” a esses procedimentos, contavam com a sabedoria da medicina popular, que os atendiam em seus acaentos e nas suas necessidades de sobreviver os males da alma e do corpo.

Nesse processo as mulheres foram protagonistas, pois desempenharam múltiplos papéis na história da humanidade em diversos períodos: de salvadora à algoz, papéis distintos e significantes, que na maior parte do “tempo”, não foram relatados, nem narrados e menos ainda escritos pelos representantes da sociedade. Carregaram em sua história a indiferença e o desprezo de serem vinculadas a “natureza”, a sabedorias das antepassadas, permaneceram fieis a sua identidade, a sua memória de “mulheres sábias, ” (re) conectaram os vínculos com as plantas medicinais, aos seus instintos, a capacidade de conhecerem os benefícios e o mal das ervas no processo de vida ou morte. Fortaleceram as suas essências nos rituais, nas palavras, nas canções, nas danças na ação de benzer e de cura.

Ao compreender a história oral, as memórias afetivas, a importância da ancestralidade e das antepassadas, abre-se o horizonte para o reconhecimento social

das mulheres sabias, com as ervas/chás, benzeduras e curas. São caminhos que poderão ser trilhados no processo escolar e educacional das escolas de São Pedro. Esse processo de conhecimento, de pertencimento de empoderamento cultural dos alunos no reconhecimento da identidade local das mulheres são-pedrense nas suas práticas “naturais”, como Patrimonio Cultural Imaterial. A partir desse processo educacional de observar, de valorizar, de reconhecer as suas origens, compreende-se que as vozes destas mulheres ecoam no espaço/ tempo, são valores de bens comuns do povo e que essas voes não podem ser mais caladas ou silenciadas, pois são fundamentais à vida de uma comunidade quanto identidade, costumes, comportamentos.

## REFERÊNCIAS

ABREU R.; CHAGAS, M.(Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33. <https://www.dicio.com.br/memoria/https://f5.folha.uol.com.br/vivabem/2022/01/plantas-medicinais-veja-dicas-de-chas-para-voce-experimentar-em-2022.shtml>

AZEVEDO, Fernando de. Introdução. In: AZEVEDO, Fernando de (org). **As Ciências no Brasil – Volume 1**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BRAGANÇA, F. C. R. **Considerações sobre o histórico das medicamentos e plantas medicinais**. In: BRAGANÇA, L. A. R. (Org.) Plantas medicinais antidiabéticas: uma abordagem multidisciplinar. Niterói: EDUFF, 1996

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

BERGHE, Pierre van den. **Race and Ethnicity**. New York: Basics Books Inc., 1970.

BONANCHEA, M. **La memoria femenina**: mujeres en la historia, historia de mujeres (patrimonio enfemenino).[S.I.]: Ibermuseum, 2016.

BONINI, L. M. **Patrimônio imaterial**: inventário e registro dos fazeres e saberes das rezadeiras da festa do Divino de Mogi das Cruzes. São Paulo: Ícone, 2014.

BRASIL. **Decreto N. 6.040**, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitute de ampliação de acesso. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Brasília, Ministério da Saúde, 96 p, 2015. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_praticas\\_integrativas\\_complementares\\_2ed.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf). Acesso em: 19 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, 2006b. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971\\_03\\_05\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html). Acesso em: 19 de nov.2017.

BRITO, Danielle Santos de. **A importância da leitura na formação social do indivíduo**. In: Revela – Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano IV, n. VIII, jun.2010. Disponível em: [http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4\\_ed08.pdf](http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf). Acesso em: 1º fev. 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2015.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. — 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1996. ISBN: 85-85445-32-7

CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. O poder do mito. São Paulo: Palas Atena, 1990.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CONSTANTE, Sonia Elisabete; BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **O jornal como documento/monumento para a recuperação e preservação da memória numa visão interdisciplinar**. In: BARBIERO, Danilo Ribas; PEDRAZZI, Fernanda Kieling (Org.). Caderno de Arquivologia 3. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018. p. 81-106.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. Bookman, 2000.

CORÁ, Maria. **Do material ao imaterial**. Patrimônios culturais do Brasil. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2014.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terrenos**; novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luis. São Luis: EDUFMA, 2003.

CORRÊA JUNIOR, C., LIN, C.M., SCHEFFER, M.C. SOB, Informa, p. 9, 23, 1991.

CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. São Paulo: Revista das Revistas-Estudos Avançados. vol.5. 1992. p. 173-191

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DI STASI, L.C. **Arte, ciência e magia**. In: DI STASI, L.C. (org). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar, São Paulo: Editora da UNESP, 1996. P. 15-27.

ELIADE, Mircea, Tamer, Sonia Cristina **Imagens e Símbolos: Ensaio Sobre o Simbolismo Mágico-religioso**, PDF

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução HeciRegina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de; SOUZA, Jeová Alves de; BAPTISTA, Rosilene Santos; BRITTO, VIRGÍNIA Rosana de Sousa. **Medicina popular**: benefícios e malefícios das plantas medicinais. Rev Bras Enferm, Brasília 2008 mar-abr; 61(2): 201-8.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, Patrimônio e Cultura Local**: concepções e perspectivas pedagógicas. CRV, Curitiba. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. Diálogos, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, 2005, p.34.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARLET, Tanea Maria Bisognin. **Plantas medicinais nativas de uso popular no Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico] / [Tanea Maria Bisognin Garlet]. – Santa Maria, RS : UFSM, PRE, 2019. 1 e-book : il. – (Série Extensão) ISBN 978-85-67104-45-4 1. Plantas Medicinais – Rio Grande do Sul I. Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Extensão II. Título

GARGALLO, Francesca. **Feminismos: proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Cidade do México: Editorial Corte y Confeción, 2014. p70

GARRIDO, R. C.; GÓMEZ, A. N. **Género en red: seis años de «Patrimonio en Femenino»**. En: La memoria femenina: mujeres en la historia, historia de mujeres (patrimonio enfemenino): lbermuseum, 2016.

GOMES, Paulo. C. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 25. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, R. CHAGAS, M.(Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. RJ: Vértice, 1990

HERING, E. (1920). **Memory as a universal function of organized matter**. In S. Butler (Ed.), *Unconscious memory* (pp. 63-86). London: Jonathan Cape. história. Chapecó: Argos, 2004.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> . Acesso: 05 jun 2023.

IZQUIERDO, Ivan. **Organização, consolidação, construção e reconstrução da memória**. Porto Alegre: UFRGS, s.n; 1988.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M.C.S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p.139 e 138, respectivamente.

LEAL, J.C.R. **São Pedro do sul, antigo (registro histórico): 1926-1965**. Santa Maria: Boca do Monte, 1996.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Vozes, Petrópolis, Brasil, 2009.

LOPES, Margaret Maria. **A favor da descolarização dos museus**. *Revista Educação & Sociedade – Centro de Estudos Educação e Sociedade. (CEDES)*. Campinas, v. 3, n. 40, 1991.

MEDEIROS, M. M. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. Dourados: UFMS/UFGD, 2009.

MENEZES. Moisés Silveira de. Org. Adriane Marconatto Ziegler et. al. **São Pedro do Sul. Perfis Biográficos 1** São Pedro do Sul, R.S. Rio das Letras; 2017

MENEZES. Moisés Silveira de. Organização: Adriane Marconatto Ziegler et al. **São Pedro do Sul. Perfis Geográficos 2.** São Pedro do Sul, R.S. Rio das Letras; 2019

MICHELET, Jules. **A Feiticeira**, tradução: Ana Moura- São Paulo: Aquariana, 2003.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Por uma razão decolonial:** desafios ético-político epistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr.2014.

**MINISTERIO DA SAÚDE (BR).** Programa Nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. [on line]. 2007 [acesso 2009 Mar 20]. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapia.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_plantas_medicinais_fitoterapia.pdf) [ Links ]

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é a medicina popular.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. orgânica do municipal. Disponível em: < <http://www.saopedrodosul.org/leis-municipais-36/file/462-lei-orgnica> >. Acesso em: **10 nov. 2013.**

PERROT, M. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

PRADO JÚNIOR, Caio (1984): **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense. SILVA, L. M. O. (1990): A Lei da Terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil. Tese de doutorado em Ciências Sociais, apresentada na PUCSP.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL. Secretarias:** secretaria da agricultura e meio ambiente. Disponível em: < <http://www.saopedrodosul.org/secretarias/agricultura-e-meio-ambiente> >. Acesso em 25 nov. 2013.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL. Secretarias:** secretaria da agricultura e meio ambiente. Disponível em: <



<http://www.saopedrodosul.org/secretarias/agricultura-e-meio-ambiente> >. Acesso em 25 nov. 2013.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história**. Chapecó: Argos, 2004.

RECHENA, A. **Museologia Social e Gênero**. Cadernos do CEOM, ano 27, n. 41, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento - estratégias nacionais e panorama global**. IN: REIS, Ana Carla; MARCO, Kátia de. (org.) Economia da cultura: ideias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

Revista Brasileira de História das Religiões, vol. III, nº 9, 2016.).

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. In: FUNARI, Pedro Paul; PINSKY, Jaime (Orgs.). Turismo e patrimônio cultural. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHNEERBERGER, **Minimanual compacto de história Brasil**. — 1. ed.- São Paulo: Rideel, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Comemoração, identidade e a memória da imigração. In: FERRERA, Ademir P. (Org.). A experiência migrante: entre deslocados e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOMMER, M.G. e Sherer, C.M.S. (2002). «**Sítios Paleobotânicos do Arenito Mata (Mata e São Pedro do Sul), RS - Uma das mais importantes "florestas petrificadas" do planeta**» (PDF). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil 09. São Pedro do Sul, R.S. Rio das Letras; São Pedro do Sul. Perfis Biográficos Organização: Moisés Silveira de Menezes, 2017.

SOMMER, M.G. e Sherer, C.M.S. (2002). «**Sítios Paleobotânicos do Arenito Mata (Mata e São Pedro do Sul), RS - Uma das mais importantes "florestas petrificadas" do planeta**» (PDF). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil

SOUZA FILHO, Carlos F. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre, RS. 1992

SOUZA, DANIEL AMARAL DE. **TRAVESSIAS PELA Balsa**: Um Estudo sobre o Feminino Camponês na Comunidade Ribeirinha de São Bento, Buritizeiro MG. Monografia. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Campus Pirapora , p. 01 - 42. 1971.

SOUZA, Shirley Nara Moreira de. **Elaboração de roteiro turístico envolvendo o Dark Tourism e turismo cemiterial em Santa Maria/RS**. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural (CCSH/UFSM). Santa Maria, RS: 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart SZYMANSKI. **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

STEPAN, Nancy. **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira**: Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009b. p. 401-442.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### **JOGO DE MEMÓRIA: Remédios da Natureza**

O Jogo de memória com a denominação de Remédios da Natureza, tem figuras de ervas medicinais contém 32 cartas, com seus respectivos pares ilustradas com imagens de ervas e seus nomes científicos e populares.

O jogo tem como objetivo incentivar os alunos do ensino fundamental das series finais, no uso das plantas medicinais através conhecimento acerca das ervas e suas funções medicinais e terapêuticas na infusão de chás, oportunizando através da dinâmica do jogo, identificar as ervas com seus respectivos nomes científico e popular. Construindo a ideia de que a infusão de ervas no chá são saberes e sabores milenares, são passados de geração a geração principalmente pelas mulheres, torna-se um patrimônio imaterial da comunidade que vivem.

As plantas medicinais selecionadas para compor as cartas, no jogo Remédios da Natureza, a maior parte delas são cultivas pela população da região sul e no município de São Pedro Do Sul.

A montagem das figuras das plantas e seus nomes científicos e populares para o jogo foi inspirada no e-book: Plantas medicinais nativas de uso popular no Rio Grande do Sul e outros referencias de plantas medicinais. As imagens das ervas foram selecionadas em sites **online**, que divulgam matérias sobre ervas na infusão de chás.

A ideia é aplica o jogo produzido nas escolas pública e privadas do município de São Pedro do Sul, mas, podendo ser empregado em outras escolas ou públicos afins da região central do Rio Grande do Sul, quando manifestarem interesse na dinâmica lúdica de aprendizagem sobre as plantas medicinais.

O jogo de memória é instrumento de apoio educacional, como forma de aplica-lo na multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, com forma de amparo nas várias etapas de ensino e faixa etária dos alunos. O método do jogo de memória é realizado em grupos para que juntos possam investigar, conhecer, incentivar, visualizar e trazer para si a relevância e a valorização do patrimônio cultural e imaterial das comunidades que vivem com a práticas dos saberes das mulheres na infusão de ervas. Todavia, abrindo um leque de aprendizado visual, com a nomenclatura científica

e nomes populares das ervas, utilizadas de várias formas na cura dos males do corpo e da alma com os saberes das mulheres e suas ancestrais.

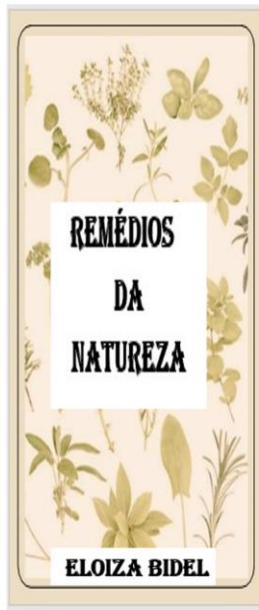
Há a compreensão do processo de enaltecimento à autoestima, ao empoderamento e à identidade cultural do patrimônio imaterial das práticas das mulheres benzedadeiras e curandeiras que fazem parte seus familiares e, tem como matéria prima a natureza com suas ervas. Sendo essas ervas o seu “bem maior”, associando as vozes das suas ancestrais como herança no aprendizado, que ecoam em suas almas em cada ritual, em cada cantiga e na prática do bem maior do “ser humano”, com suas curas.

**APÊNDICE B - JOGO DE MEMÓRIA: Remédios da Natureza**



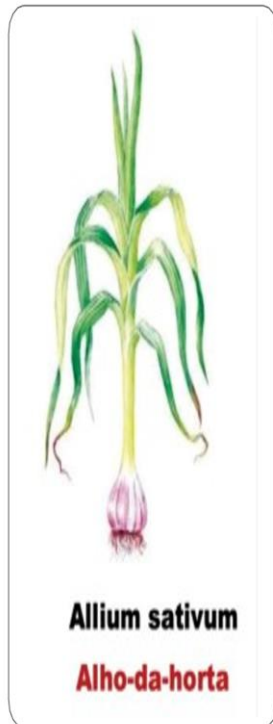
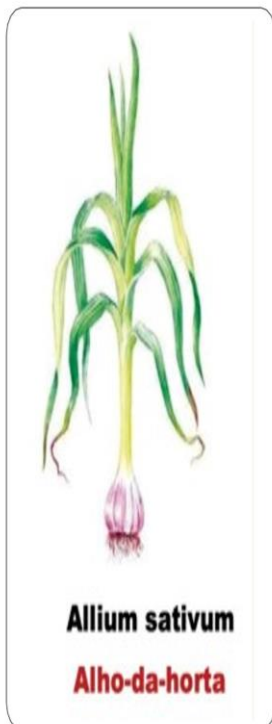
**Cartas:**  
**Remédios da Natureza**

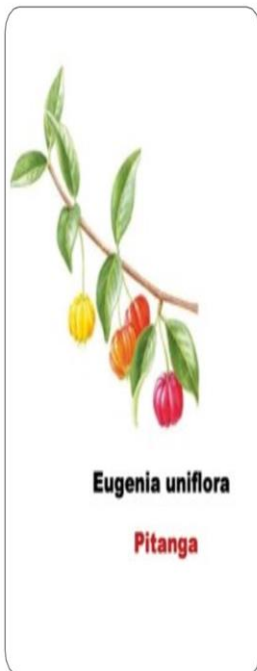
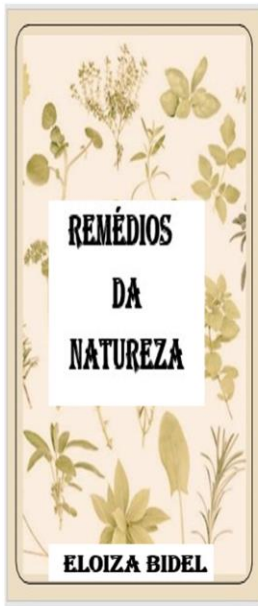








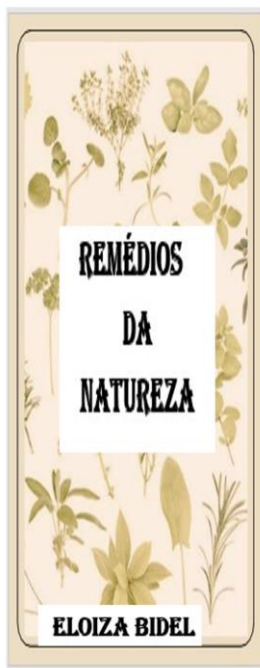












## APÊNDICE C - REGISTRO DA INTERVERÇÃO

### Intervenção Mulheres e Saberes Naturais

#### Saberes do meio rural: Ervas e infusão de Chás

1. Nome:

2. Idade

3. Localidade:

4. Sexo:

5. Profissão:

6. Você utiliza ervas medicinais?

( ) Sim

( ) Não

Quais?

7. Com que frequência utiliza as ervas

( ) Casualmente

( ) Frequentemente

8. E que forma utiliza as ervas.

( ) por hábito

( ) por enfermidade

Outras finalidades.....

9. Aprendeu com alguém a utilizar as ervas como forma de infusão de chá.

( ) Sim

( ) Não Quanto?

10. Você conhece todas as propriedades das ervas na infusão de chá. Pode citar qual (is) erva (s) que comprovou seu (s) benefício (s).

11. Quais são as principais ervas que você mais utiliza no seu dia-dia, e qual é o (s) motivo (s)?

12. Você se considera um (a) curandeiro ou benzedeiro(a)?

( ) Sim

( ) Não

Por que?

13. Você diferencia a pratica realizada entre curandeiro ( a) e benzedeiros(a) e a utilização das ervas e infusão dos chás?

14. As práticas de uso das ervas, infusão de chá, benzedeira(o) e curandeira(o) citada da pesquisa podem estar relacionadas com algum (ns) credo(s) religioso (s)? Qual (is)

Porque?

15. Você acredita que precisa ter um dom para manusear as ervas e a prática de infusão?

Sim  Não Qual?

16. As práticas, citadas na pesquisa são realizadas mais por mulheres do que por homens?

Por que?

17. Se você utiliza os saberes naturais no meio rural, que “tipo” de indivíduo procura você? Quais são as enfermidades?

18. A utilização das ervas/chás e curandeirismo / benzeduras, são instrumentos de relevância na comunidade que vivem?

Por que?